



Banese

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

2018

#Digital

Recorde de transações
nos canais digitais.

#Clientes

Crescimento em 10%
do número de clientes.

#banese 20

#BemVindoAoNovo



SUMÁRIO

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A – BANESE	4
RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 4T18 E DE 2018	4
DESTAQUES NO 4T18	4
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	6
ANÁLISE DAS OPERAÇÕES	6
Ativos	6
Captações	7
Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)	7
Fontes de Captação (% do total)	7
Crédito	8
Aplicações Financeiras	10
ANÁLISE DOS RESULTADOS	11
Receitas	11
Custos e Despesas	11
Lucro Líquido	14
Patrimônio Líquido	14
Capitalização e Basileia	15
<i>Ratings</i>	15
BANESE NA B3	16
Clientes e Canais de Atendimento	16
Comprometimento com a Inovação – Banese 2.0	17
Investimentos em Capital Humano	17
CONGLOMERADO BANESE	17
Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda.	18
Banese Corretora de Seguros	18
Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana	18
TABELAS E ANEXOS	19
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS – BANESE CONSOLIDADO – (R\$ MIL)	19
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS – BANESE MÚLTIPLO – (R\$ MIL)	20
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – ATIVOS (R\$ MIL)	21
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – PASSIVOS (R\$ MIL)	22
DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (R\$ MIL)	24
FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (R\$ MIL)	25



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	26
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS MÚLTIPLOS E CONSOLIDADAS.....	33
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	34
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	34
2.1 Principais práticas adotadas na consolidação.....	34
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	36
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	43
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	43
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	44
7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	47
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	48
9. OUTROS CRÉDITOS	54
9.1 Devedores por depósito em garantia	54
9.2 Impostos e contribuições a compensar	55
10. OUTROS VALORES E BENS.....	55
11. INVESTIMENTOS	56
12. IMOBILIZADO DE USO	56
13. INTANGÍVEL	57
14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS.....	58
15. OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	61
16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	62
17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....	63
18. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES.....	64
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64
20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	65
21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	67
22. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO.....	67
23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	70
24. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA	73
25. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES.....	77
26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	77
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO).....	81
28. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	83
29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS ...	83
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	84
PARECER DO CONSELHO FISCAL	90
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	92
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	94
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	96



BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A – BANESE RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 4T18 E DE 2018

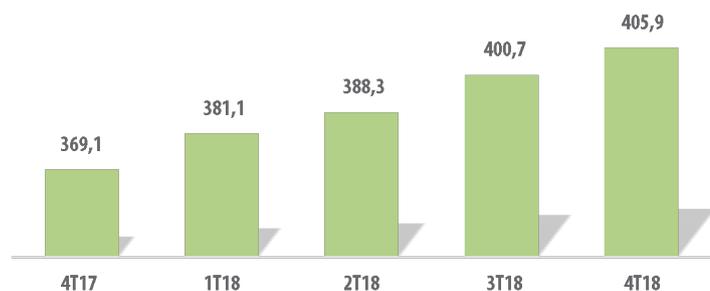
Para Divulgação Imediata: Aracaju, 26 de fevereiro de 2019. O Banco do Estado de Sergipe S.A. – **BANESE** (“Banese” ou “Banco”), Sociedade Anônima de capital misto, com ações transacionadas na B3 sob os códigos BGIP3 (Ações Ordinárias Nominativas) e BGIP4 (Ações Preferenciais Nominativas) e listadas no índice ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado), anuncia seus resultados para o 4T18 e o ano de 2018. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banese, no endereço <https://ri.banese.com.br>.

Destaques no 4T18

Todas as comparações nessa seção referem-se ao 4T17

- » Patrimônio Líquido somou R\$ 405,9 milhões (+10,0%);
- » Ativos totais somaram R\$ 5,2 bilhões (+7,8%);
- » Aplicações Financeiras⁽¹⁾ com saldo de R\$ 2,5 bilhões (+12,1%);
- » Captações Totais atingiram R\$ 4,6 bilhões (+7,9%).

Patrimônio Líquido - R\$ milhões



Todas as comparações nessa seção referem-se ao 3T18

- » Receita de Serviços somou R\$ 38,9 milhões (+25,9%);
- » Operações de Crédito somaram R\$ 2,4 bilhões (+5,8%);
- » Inadimplência reduziu 0,3 pp., ficando em 1,04% no 4T18 contra 1,33% no 3T18;
- » Índice de Provisão apresentou redução de 0,9 pp., fechando o ano em 3,4%.

Receitas de Serviços - R\$ milhões



Itens Patrimoniais - R\$ milhões	4T18	4T17		V12M	4T18	3T18		V3M
Ativos Totais	5.246,9	4.868,7	▲	+7,8%	5.244,3	5.196,8	▲	+0,9%
Operações de Crédito	2.350,3	2.282,0	▲	+3,0%	2.350,3	2.221,1	▲	+5,8%
Aplicações Financeiras ⁽¹⁾	2.455,7	2.190,6	▲	+12,1%	2.455,7	2.527,4	▼	-2,8%
Captações Totais	4.635,7	4.295,0	▲	+7,9%	4.635,7	4.546,1	▲	+2,0%
Patrimônio Líquido	405,9	369,1	▲	+10,0%	405,9	400,7	▲	+1,3%

Itens de Resultado - R\$ milhões	2018	2017		V12M	4T18	3T18		V3M
Receitas Totais	837,7	926,4	▼	-9,6%	219,3	210,6	▲	+4,1%
Resultado Bruto Interm. Financeira	376,3	389,3	▼	-3,3%	102,8	93,5	▲	+9,9%
Resultado Operacional	102,9	143,1	▼	-28,1%	34,7	21,8	▲	+59,2%
Margem Financeira ⁽²⁾	426,1	437,4	▼	-2,6%	113,8	105,2	▲	+8,2%
EBITDA ⁽³⁾	137,1	182,4	▼	-24,8%	43,3	29,0	▲	+49,3%
Lucro Líquido	62,5	93,7	▼	-33,3%	14,2	18,4	▼	-22,8%
Receita Líquida de Juros (NII) ⁽⁴⁾	387,3	395,7	▼	-2,1%	97,2	99,2	▼	-2,0%
Receita de Serviços	131,2	119,3	▲	+10,0%	38,9	30,9	▲	+25,9%
Despesas com Provisões (PCLD)	92,1	102,1	▼	-9,8%	17,5	23,7	▼	-26,2%
Despesas Administrativas	314,4	300,2	▲	+4,7%	84,6	79,2	▲	+6,8%
Margem Líquida ⁽⁵⁾	7,5%	10,1%	▼	-2,6 pp.	6,5%	8,8%	▼	-2,3 pp.
Margem EBITDA ⁽⁶⁾	16,4%	19,7%	▼	-3,3 pp.	19,8%	13,8%	▲	+6,0 pp.

Índices e Medidas de Eficiência (%)	2018	2017		V12M	4T18	3T18		V3M
Inadimplência (% da carteira)	1,04%	1,17%	▼	-0,13 pp.	1,04%	1,33%	▼	-0,29 pp.
Índice de Basileia	14,2%	15,2%	▼	-1,0 pp.	14,2%	14,6%	▼	-0,4 pp.
Índice de Basileia Amplo	12,8%	14,1%	▼	-1,3 pp.	12,8%	13,2%	▼	-0,4 pp.
Margem Líquida de Juros (NIM) ⁽⁷⁾	8,0%	8,8%	▼	-0,8 pp.	2,0%	2,1%	▼	-0,1 pp.
Rentabilidade s/ Ativos (ROAA) ⁽⁸⁾	1,2%	2,0%	▼	-0,8 pp.	1,2%	1,2%	▶	ND
Rentabilidade s/ Patrim. Líq. (ROE) ⁽⁹⁾	16,0%	27,3%	▼	-11,3 pp.	16,0%	16,0%	▶	ND
Índice de Eficiência ⁽¹⁰⁾	71,0%	66,2%	▲	+4,8 pp.	74,8%	69,3%	▲	+5,5 pp.
Índice de Provisionamento	3,4%	4,0%	▼	-0,6 pp.	3,4%	4,3%	▼	-0,9 pp.
Índice de Cobertura Adm. ⁽¹¹⁾	41,7%	39,7%	▲	+2,0 pp.	46,0%	39,0%	▲	+7,0 pp.
Índice de Cobertura Folha ⁽¹²⁾	76,7%	73,2%	▲	+3,5 pp.	86,6%	72,3%	▲	+14,3 pp.

(1) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários + Créditos Vinculados Remunerados.

(2) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.

(3) Resultado Operacional - Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.

(4) Receita de juros (operações de crédito + aplicações financeiras) – Despesa de juros (captação, TVM, empréstimos e participações).

(5) Lucro Líquido / Receita Total.

(6) EBITDA / Receita Total.

(7) Receita de juros líquida / Saldo médio dos ativos geradores de receitas (op. crédito + aplicações interfinanceiras + TVM + relações interfinanceiras).

(8) Lucro Líquido sobre Ativo Total Médio (taxa anualizada).

(9) Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido (taxa anualizada).

(10) (Receita Líquida de Juros + Receita de Serviços) / Despesas Operacionais.

(11) Receita de Serviços / Despesas Administrativas.

(12) Receita de Serviços / Custos diretos e indiretos de Folha.

Este relatório pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações refletem expectativas da administração que podem não se tornar reais por motivos intrínsecos ou extrínsecos à Companhia. Palavras como “acredita”, “antecipa”, “deseja”, “prevê”, “espera” e similares pretendem identificar informações que necessariamente envolvem riscos futuros, conhecidos ou não.

Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade de preços e serviços, aceitação de serviços no mercado, mercado competitivo, aspectos macroeconômicos internos ou sistêmicos, ambiente regulamentar e legal, flutuações de moedas, inflação e taxas de juros, riscos políticos e outros riscos, descritos em materiais publicados anteriormente pelo Banese.

Esse relatório está atualizado até a data de sua publicação e o Banese não pode ser responsabilizado por eventos posteriores, não previstos ou mencionados neste relatório.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi marcado por momentos de alta volatilidade no mercado brasileiro, principalmente em decorrência da incerteza dos cenários político e econômico e da lenta recuperação da economia. Mesmo com estas condições, o Banese implantou ações estratégicas com o propósito de elevar o desempenho do Banco, como o investimento no aperfeiçoamento dos Canais Digitais que alcançaram recordes de transações em relação aos outros canais disponíveis aos nossos clientes.

Temos uma equipe engajada com as principais mudanças no mercado bancário para oferecer novos modelos de atendimento, soluções inovadoras e facilidade de acesso a crédito, serviços e investimentos para os nossos clientes. Como consequência, presenciamos o fortalecimento dos nossos indicadores patrimoniais e de liquidez, mesmo diante de uma economia fragilizada.

Em 2018, mostramos que o Banese está a cada ano mais sólido e sustentável, com foco nos clientes e em maiores resultados para os nossos acionistas, através do nosso modelo de gestão baseado em boas práticas de governança e transparência.

Dirigimos nosso reconhecimento aos nossos colaboradores cuja dedicação e esforço resultaram em todas as realizações alcançadas pelo Banco neste ano. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela confiança em nós depositada.

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

Ativos

Total de Ativos por Tipo – R\$ milhões

	4T18	4T17		V12M	3T18		V3M
Ativos de Crédito	2.350,3	2.282,0	▲	+3,0%	2.221,1	▲	+5,8%
(-) Provisões	-80,9	-91,8	▼	-11,9%	-94,9	▼	-14,8%
Ativos Líquidos de Crédito	2.269,4	2.190,2	▲	+3,6%	2.126,2	▲	+6,7%
Aplicações Financeiras	2.136,6	1.858,6	▲	+15,0%	2.155,9	▼	-0,9%
Créditos Vinculados	347,1	359,1	▼	-3,3%	399,4	▼	-13,1%
Permanente	95,4	74,9	▲	+27,4%	93,2	▲	+2,4%
Outros	398,4	385,9	▲	+3,2%	422,2	▼	-5,6%
Total	5.246,9	4.868,7	▲	+7,8%	5.196,9	▲	+1,0%

Os ativos totais apresentaram saldo de R\$ 5.246,9 milhões em dezembro de 2018, com expansão de 7,8% em relação aos R\$ 4.868,7 milhões registrados em dezembro de 2017. A variação dos ativos totais nos últimos 12 meses foi impactada, de maneira especial, pelo crescimento do volume de aplicações financeiras, que variaram 15,0% no período. É política do Banese fazer a aplicação dos recursos financeiros resultantes da diferença entre o volume captado em relação aos volumes destinados ao crédito e às demais destinações legais, buscando incremento do seu resultado.

Na composição dos ativos, os ativos líquidos de crédito representam 43,3% do total; os títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, 40,7%; e os créditos vinculados, ativo permanente e outros ativos somam 16,0%.

A evolução das aplicações financeiras em 12 meses foi motivada pelo crescimento das captações (+7,9%) e cenário de tímido crescimento do crédito. A variação nos ativos aplicados em crédito foi de 3,0% em 12 meses e 5,8% no último trimestre.

O ativo permanente variou positivamente no último ano em decorrência do aporte de capital na ordem de R\$ 22,0 milhões feito na SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda., empresa pertencente ao conglomerado Banese, que tem como principal atividade a oferta de soluções de meios de pagamento, com foco em cartões de crédito, débito e benefícios (alimentação e refeição), atuando como emissora, credenciadora e processadora, passando a deter 49,75% de participação na sociedade ante aos 5% anteriores, conforme fato relevante divulgado ao mercado em 03/09/2018.



Captações

A estrutura das captações do Banese é bastante diversificada, o que contribui para manter níveis confortáveis de liquidez, bem como para dar suporte à retomada das concessões de crédito num cenário de recuperação da economia.

Em dezembro de 2018 o total de recursos captados alcançou R\$ 4.635,7 milhões, um acréscimo de 7,9% em 12 meses, principalmente por reflexo do crescimento de 11,0% nos depósitos de poupança (R\$ +137,4 milhões), 13,6% nos depósitos judiciais (R\$ +117,6 milhões) e 18,9% nos depósitos à vista (R\$ +115,4 milhões).

Captação por Linha de Produtos - R\$ milhões

	4T18	4T17		V12M	3T18		V3M
Depósitos à Vista	726,2	610,7	▲	+18,9%	635,9	▲	+14,2%
Poupança	1.384,8	1.247,4	▲	+11,0%	1.327,8	▲	+4,3%
Depósitos Judiciais	983,6	866,0	▲	+13,6%	972,5	▲	+1,1%
CDI/CDB/RDB	1.169,7	1.201,5	▼	-2,6%	1.262,9	▼	-7,4%
LFS/LF/LCI	257,6	223,0	▲	+15,5%	251,7	▲	+2,3%
Compromissadas	48,4	67,7	▼	-28,5%	25,7	▲	+88,3%
Obrigações de Repasses	65,4	78,7	▼	-16,9%	69,6	▼	-6,0%
Total	4.635,7	4.295,0	▲	+7,9%	4.546,1	▲	+2,0%

O total de captação de depósitos a prazo e interfinanceiros atingiu R\$ 1.169,7 milhões em dezembro de 2018, com redução de 2,6% (R\$ -31,8 milhões) em 12 meses e -7,4% em relação ao 3T2018 (R\$ -93,2 milhões). As reduções observadas são decorrentes de movimentações pontuais de depósitos de clientes pessoas jurídicas.

As variações nos volumes das captações em Letras Financeiras e Letras Financeiras Subordinadas são consequentes da remuneração de estoque; e nas Letras de Crédito Imobiliário, considerando os últimos 12 meses, novas operações na ordem de R\$ 12,1 milhões, possibilitadas por operações de crédito geradoras de lastros para LCI.

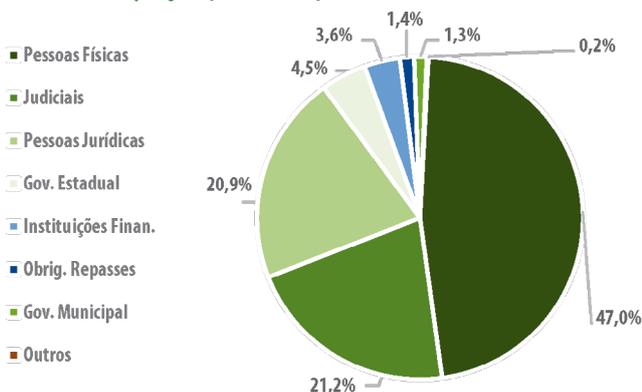
Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)

Os saldos finais de depósitos a prazo reduziram 3,7% nos últimos 12 meses e 7,8% no último trimestre. Tais decrementos são observados nas captações de clientes pessoas jurídicas, saques pontuais e identificados.

Depósito a Prazo - R\$ milhões



Fontes de Captação (% do total)



A maior fonte de captação do Banese vem do segmento de pessoas físicas, 47,0% do volume captado, e as pessoas jurídicas respondem por 20,9%.

A diversificação da captação entre pessoas físicas e jurídicas, sem concentração em grandes clientes, mitiga riscos de liquidez que obrigariam a liquidação de grandes operações e afetaria potencialmente a lucratividade do Banco.

Os depósitos judiciais representam 21,2% do total do volume captado pelo Banese. Por força do acordo firmado entre Banese e Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o Banco possui a exclusividade para depósitos judiciais no Estado.

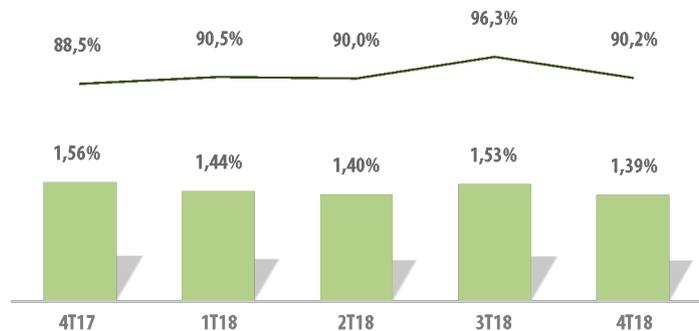


O custo da captação apresentou variação de -0,14 pp. entre o 4T18 e o 3T18 e de -0,17 pp. em relação ao 4T17.

A redução observada no 4T18, considerando a estabilidade da taxa básica de juros, foi decorrente da remuneração das captações em Letras Financeiras Subordinadas, impactada pela redução da inflação.

Em termos de CDI, o crescimento verificado em 12 meses é reflexo da queda da taxa de juros do país, diante das captações que possuem indexação prefixadas e inflação, como as dívidas subordinadas, e das regras de remuneração da poupança, onde a taxa Selic abaixo de 8,5% a.a. eleva o custo dessas captações em relação ao CDI. As remunerações de volumes captados com depósitos judiciais e poupança se tornaram mais relevantes à medida em que o CDI variou negativamente.

Custos de Captação (Absoluto e em % do CDI)



Crédito

Carteira de Crédito por Tipo – R\$ milhões

	4T18	4T17	V12M	3T18	V3M
Carteira Comercial	1.627,8	1.554,1	▲ +4,7%	1.524,0	▲ +6,8%
Para Pessoas Físicas	1.301,4	1.227,0	▲ +6,1%	1.198,6	▲ +8,6%
Para Pessoas Jurídicas	326,4	327,1	▼ -0,2%	325,4	▲ +0,3%
Carteira de Desenvolvimento	518,1	539,2	▼ -3,9%	525,4	▼ -1,4%
Para Pessoas Físicas	413,2	419,1	▼ -1,4%	409,8	▲ +0,8%
Para Pessoas Jurídicas	104,9	120,1	▼ -12,7%	115,6	▼ -9,3%
Títulos e Créditos a Receber	204,4	188,7	▲ +8,3%	171,7	▲ +19,0%
Total	2.350,3	2.282,0	▲ +3,0%	2.221,1	▲ +5,8%

A carteira de crédito do Banese alcançou R\$ 2,4 bilhões de ativos, +3,0% em relação 4T17 e +5,8% em relação ao 3T18. No segmento comercial, o Banese tem posição de destaque no seu mercado de atuação. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o Banese detém 39,6% (base: Nov/2018) do mercado de crédito comercial em Sergipe. A exposição é pulverizada em um grande número de pequenos e médios clientes e transações, mitigando riscos individuais de crédito e evitando o impacto negativo que seria gerado pelo inadimplimento potencial de uma grande operação.

A carteira de crédito comercial cresceu 4,7% em 12 meses e 6,8% em relação ao trimestre anterior. Na visão do Banese, esse cenário é reflexo de um ambiente de atividade econômica em recuperação, porém ainda diminuta, onde a população encontra-se em fase de adequação do seu endividamento e as empresas ativas seguem em recuperação e ainda receosas em realizar novos investimentos para ampliação/modernização do seu negócio.

O incremento no saldo aplicado da carteira comercial no último trimestre de 2018 foi impulsionado pela liberação das linhas de antecipações de 13º salário para pessoas físicas, operações estas disponibilizadas nos canais de autoatendimento, e de financiamento a capital de giro para pessoas jurídicas, especialmente para financiamento da folha de 13º salários.

O crédito comercial destinado às pessoas físicas, refletindo a estratégia de negócios da instituição, apresentou crescimento de R\$ 74,4 milhões ou 6,1% em doze meses e de R\$ 102,8 milhões ou 8,6% em relação ao 3T18. O reflexo do crescimento da carteira comercial pessoa física deveu-se principalmente às ações negociais realizadas para incremento dos créditos consignados, especialmente nos produtos comercializados no canal Correspondente no País. O saldo das operações de créditos consignados alcançou R\$ 809,5 milhões no 4T18, crescimento de R\$ 122,8 milhões ou 17,9% em 12 meses e de R\$ 60,4 milhões ou 8,1% quando comparado ao 3T2018.

A carteira comercial destinada às pessoas jurídicas mantém linha crescente de saldo aplicado, tendo destaque a linha de Progiro – capital de giro destinado às médias, pequenas e microempresas, dando continuidade às ações que estão sendo realizadas no intuito de direcionar a oferta pulverizada de crédito para empresas com bom histórico creditício junto ao Banese.

A carteira de crédito de desenvolvimento apresentou uma redução de R\$ 21,1 milhões em 12 meses. A retração no período foi reflexo da queda dos financiamentos imobiliários e industriais, R\$ -31,3 e R\$ -2,9 milhões, respectivamente, ainda decorrente do cenário macroeconômico. No último trimestre de 2018 a carteira de desenvolvimento apresentou queda de R\$ 7,3 milhões. É importante mencionar que a carteira imobiliária, responsável pela maioria dos créditos de desenvolvimento contratados, é extremamente sensível a um ambiente econômico de pouca atividade e falta de confiança, por se tratar de operações de alto valor individual e longo prazo de liquidação.

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R\$ milhões		Variação	% Carteira		Variação		
	4T18	4T17		4T18	4T17			
AA	413,9	495,2	▼	-16,4%	17,6%	21,7%	▼	-4,1 pp.
A	1.003,1	933,4	▲	+7,5%	42,7%	40,9%	▲	+1,8 pp.
B	569,0	525,5	▲	+8,3%	24,2%	23,0%	▲	+1,2 pp.
C	230,2	166,6	▲	+38,2%	9,8%	7,3%	▲	+2,5 pp.
D - H	134,1	161,2	▼	-16,8%	5,7%	7,1%	▼	-1,4 pp.
Total	2.350,3	2.281,9	▲	+3,0%	100,0%	100,0%	▶	ND

Os segmentos de crédito classificados entre as faixas de risco “AA” a “C” representam 94,3% do total da carteira do Banese (no 4T17 representava 92,9%). Os créditos classificados nas faixas de risco “D” a “H”, que concentram as operações de maior risco de crédito, representaram 6,0% da carteira de crédito do Banese (comparado aos 7,1% verificados no 4T17).

Análise da Qualidade do Crédito do 4T18 por Data de Vencimento - R\$ milhões

	AA	A	B	C	D - H	Total
Parcelas Vencidas	0,0	0,0	4,1	2,1	11,3	17,5
A Vencer Até 30 dias	29,2	85,5	35,2	11,0	5,9	166,8
A Vencer de 31 a 60 dias	20,1	265,0	30,1	10,4	17,2	342,8
A Vencer de 61 a 90 dias	11,9	13,4	13,5	3,4	2,0	44,2
A Vencer de 91 a 180 dias	61,2	53,2	60,4	17,8	5,0	197,6
A Vencer de 181 a 360 dias	50,6	57,2	68,6	19,0	8,7	204,1
A Vencer Acima de 360 dias	240,9	528,8	357,1	166,5	84,0	1.377,3
Total Geral	413,9	1.003,1	569,0	230,2	134,1	2.350,3

A maioria das operações com vencimentos longos, data de liquidação superior a 90 dias, está concentrada nos perfis de baixo risco de crédito (AA a C). Nas operações classificadas em “D – H”, 72,9% do volume financeiro vence após 90 dias.

Análise da Qualidade do Crédito por Carteira 4T18 - R\$ milhões

	Total	Crédito Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros
AA	413,9	413,9	0,0	0,0	0,0	0,0
A	1.003,1	393,6	14,5	39,9	354,1	201,0
B	569,0	522,2	16,3	7,0	21,5	2,0
C	230,2	212,8	5,4	7,5	3,8	0,7
D - H	134,1	85,3	26,6	17,8	3,7	0,7
Total	2.350,3	1.627,8	62,8	72,2	383,1	204,4

Em termos de relevância sobre o total de crédito por segmento, os produtos que apresentam proporcionalmente créditos com qualidade inferior são os da carteira industrial (créditos classificados como “D – H” representam 42,4%) e da carteira rural (24,7% classificados como “D – H”).

Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras – R\$ milhões

	4T18	4T17	V12M	3T18	V3M
Interfinanceiras de Liquidez	999,1	668,8	▲ +49,4%	950,5	▲ +5,1%
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	1.073,2	1.102,2	▼ -2,6%	1.164,2	▼ -7,8%
Cotas de Fundos	101,9	28,0	▲ +263,9%	90,1	▲ +13,1%
Renda Fixa	971,3	1.074,2	▼ -9,6%	1.074,1	▼ -9,6%
Compromissadas + Prest. Garantia	49,2	68,0	▼ -27,6%	25,9	▲ +90,0%
Depósitos Compulsórios	334,3	351,7	▼ -4,9%	386,8	▼ -13,6%
Total	2.455,8	2.190,7	▲ +12,1%	2.527,4	▼ -2,8%

A variação no volume das aplicações financeiras no último ano foi resultante, principalmente, do aumento das captações e de alterações regulamentares nas regras dos recolhimentos de compulsórios da poupança e de depósitos à vista. Na comparação em 03 meses, a redução observada foi reflexo da expansão da carteira de crédito no período.

Tendo em vista a queda dos juros básicos da economia e a finalidade de melhor rentabilizar os ativos da tesouraria, houve migração de parte de recurso de renda fixa para cotas de fundos no 4T18, e no decorrer de 2018, bem como para ativos de cumprimento de exigibilidade junto ao Banco Central (DI Imobiliário) na comparação do 4T18 com o 4T17. Ocorreram decréscimos em ativos vinculados ao crédito rural (DI Rural) e em LCI – Letras de Crédito Imobiliário, provenientes de alterações regulamentares que restringem o cômputo das LCIs para fins de atendimento de exigibilidade de depósitos de poupança a partir de janeiro de 2019; e do efeito das mudanças nas regras da exigibilidade do crédito rural para o novo período agrícola 2018-2019.

O Banese encontra-se enquadrado às regras da Circular nº 3.068 do BACEN, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Isso significa que as aplicações são feitas em instrumentos de liquidez, denominados em moeda nacional e são constantemente marcados a mercado, para mitigação de riscos relacionados a variação de valor e volatilidade de instrumentos financeiros.

ANÁLISE DOS RESULTADOS
Receitas
Abertura das Receitas – R\$ milhões

	2018	2017	V12M	4T18	3T18	V3M
Receitas de Crédito	476,5	501,4	▼ -5,0%	119,1	120,2	▼ -0,9%
Receitas de Aplicações Financeiras	125,0	162,4	▼ -23,0%	31,8	32,9	▼ -3,3%
Receitas de Prestação de Serviços	130,9	119,2	▲ +9,8%	38,8	30,9	▲ +25,6%
Receitas de Participações	5,1	0,8	▲ +537,5%	1,5	3,2	▼ -53,1%
Outras Receitas Operacionais	95,3	137,5	▼ -30,7%	25,5	22,6	▲ +12,8%
Receitas Não Operacionais	4,9	5,1	▼ -3,9%	2,6	0,8	▲ +225,0%
Total	837,7	926,4	▼ -9,6%	219,3	210,6	▲ +4,1%

As receitas totais do Banese acumularam R\$ 837,7 milhões em 2018, com redução de 9,6% em relação ao exercício anterior. Essa variação deve-se ao recuo das receitas de aplicações financeiras em 23,0%, provocado pela redução da taxa básica de juros da economia; e à queda de 5,0% nas receitas de operações de crédito, por força da reprecificação dos ativos e maior concorrência.

No acumulado do 4T18, houve elevação de 4,1% nas receitas totais quando relacionado ao 3T18. Essa variação é decorrente de receitas extraordinárias relativas a recuperação de CBP – Créditos Baixados em Prejuízo; venda de imóvel de propriedade do Banco; e receitas de serviços decorrente de bônus de produção anual do Grupo Segurador Mapfre.

As receitas de prestação de serviços apresentaram crescimento no montante de R\$ 11,7 milhões em 12 meses e de R\$ 7,9 milhões no último trimestre, impulsionadas em especial, por tarifas de pacotes de serviços (Pacote de Serviços Clube Mais e Plano de Tarifas PJ) e bônus de produção anual do Grupo Segurador Mapfre.

O crescimento observado nas rendas de participações no último ano foi decorrente das receitas da equivalência patrimonial da SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda., após o aporte de capital e aumento de participação societária na empresa mencionada.

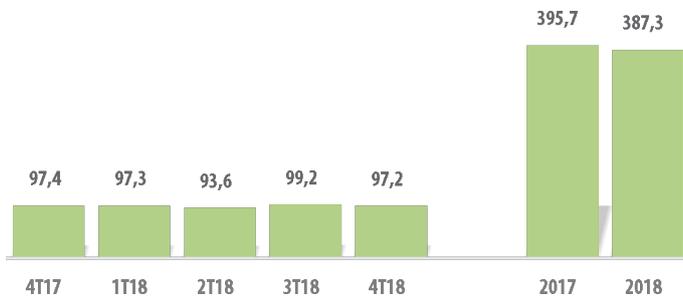
Custos e Despesas
Custos Diretos das Operações – R\$ milhões

	2018	2017	V12M	4T18	3T18	V3M
Despesas de Captação	207,8	262,0	▼ -20,7%	51,7	52,5	▼ -1,5%
Resultado de TVM	0,5	0,2	▲ +150,0%	0,0	0,1	▼ -100,0%
Desp. Obrigações p/Empréstimos	5,0	5,8	▼ -13,8%	1,1	1,3	▼ -15,4%
Total	213,3	268,0	▼ -20,4%	52,8	53,9	▼ -2,0%

As despesas de captação variaram em -20,7% nos últimos 12 meses, pelo fato do custo médio de captação ser fortemente indexado à taxa básica de juros da economia, que apresentou queda no período relacionado, compensando o crescimento do volume captado. Na comparação do 4T18 em relação ao 3T18, teve variação de -1,5%, conseqüente da redução do saldo de CDB/RDB no período.



Receita Líquida de Juros (NI) – R\$ milhões



As Receitas Líquidas de Juros (Receitas de Empréstimos mais Receitas de Aplicações Financeiras menos Custos Diretos de Captação) apresentaram decréscimo de 2,0% na variação do 4T18 para o 3T18 e apresentam estabilidade quando relacionadas ao 4T17. No acumulado de 12 meses, a redução foi de 2,1% em relação a 2017.

O Resultado é uma combinação dos fatores apresentados nos itens anteriormente mencionados neste relatório, como a retração da taxa básica da economia.

Despesas com Pessoal/Folha – R\$ milhões

	2018	2017	V12M	4T18	3T18	V3M
Salários	100,5	95,5	▲ +5,2%	26,4	25,4	▲ +3,9%
Benefícios	21,7	21,0	▲ +3,3%	6,0	5,2	▲ +15,4%
Encargos Sociais	47,3	45,2	▲ +4,6%	12,0	11,9	▲ +0,8%
Treinamentos e Outros	1,5	1,4	▲ +7,1%	0,5	0,3	▲ +66,7%
Total	171,0	163,1	▲ +4,8%	44,9	42,8	▲ +4,9%

As despesas com pessoal apresentaram elevação de 4,8% quando observadas as despesas acumuladas 2018 em relação a 2017 e 4,9% quando relacionado o 4T18 com o 3T18. O aumento dessas despesas está em linha com a inflação e reajuste da categoria bancária no período, não representando crescimento real.

Outras Despesas Administrativas – R\$ milhões

	2018	2017	V12M	4T18	3T18	V3M
Serviços de Terceiros	66,3	56,0	▲ +18,4%	18,5	17,1	▲ +8,2%
Consumo, Manutenção e Materiais	22,0	21,9	▲ +0,5%	5,8	5,3	▲ +9,4%
Sistemas e Processamento de Dados	26,5	24,2	▲ +9,5%	7,2	6,4	▲ +12,5%
Seguros	3,6	3,7	▼ -2,7%	1,1	0,8	▲ +37,5%
Transportes de Numerário	7,7	7,7	▶ ND	1,9	1,9	▶ ND
Tributárias	1,2	1,4	▼ -14,3%	0,3	0,2	▲ +50,0%
Outras despesas	16,1	22,2	▼ -27,5%	4,8	4,8	▶ ND
Total	143,4	137,1	▲ +4,6%	39,6	36,5	▲ +8,5%

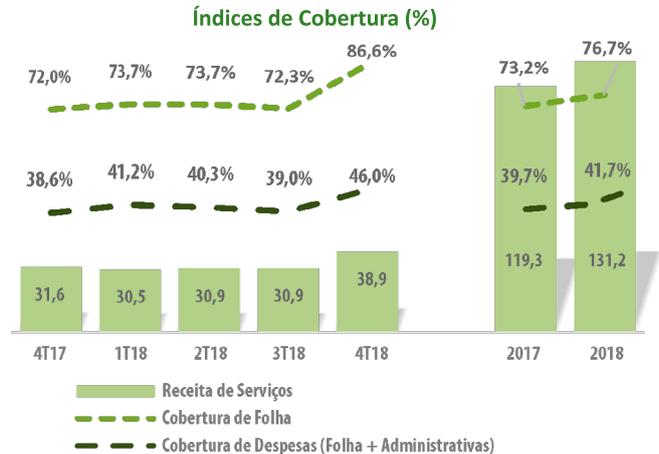
As outras despesas administrativas avançaram 4,6% no acumulado de 2018 em relação ao exercício anterior (R\$ +6,3 milhões) e 8,5% (R\$ +3,1 milhões) comparando o 4T18 com o 3T18. Os maiores incrementos podem ser observados nos grupos de Serviços de Terceiros e Sistemas e Processamento de Dados, despesas essas relacionadas com os processos de estratégia de migração dos serviços do Banese para canais digitais e para correspondentes no país.



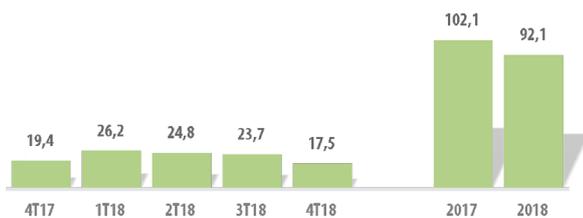
O índice de cobertura folha de 2018 variou positivamente em 3,5 pp. na comparação com 2017 e 14,3 pp. em relação ao trimestre anterior.

Com relação ao índice de cobertura de despesas totais, que além da folha incluem as despesas administrativas, em 2018 ficou em 41,7%, 2,0 pp. superior ao de 2017. Já na análise trimestral, o 4T18 apresenta o índice de cobertura administrativa 7,0 pp. superior ao trimestre anterior.

A variação nos índices mencionados foi provocada por receitas extraordinárias ocorridas no 4T18 e já mencionadas nesse relatório.



Despesa com Provisão - R\$ milhões



As despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) acumularam R\$ 17,5 milhões no 4T18, 26,2% inferior ao volume registrado no 3T18, e 9,8% abaixo do acumulado no mesmo período do ano anterior.

No 4T18 houve recuperação de operações em piores níveis de risco, ocasionando reversões e menos despesas no período.

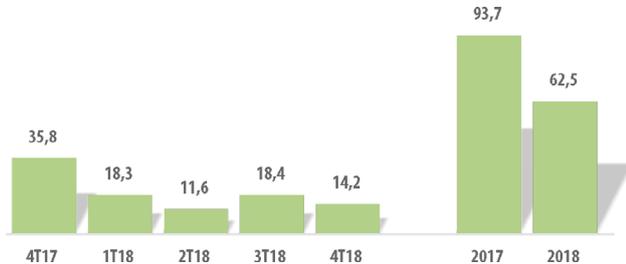
Outras Despesas Operacionais – R\$ milhões

	2018	2017	V12M	4T18	3T18	V3M
Amortização e Depreciação	16,7	16,9	▼ -1,2%	4,1	4,3	▼ -4,7%
Desvalorização de Créditos	0,4	0,8	▼ -50,0%	0,1	0,1	▶ ND
Provisões Passivas	7,4	13,2	▼ -43,9%	1,9	1,8	▲ +5,6%
Convênio com Tribunal de Justiça	16,5	14,3	▲ +15,4%	4,1	4,1	▶ ND
ISS/PIS/COFINS	35,0	34,7	▲ +0,9%	9,3	8,7	▲ +6,9%
Descontos Concedidos	0,5	0,4	▲ +25,0%	0,0	0,2	▼ -100,0%
Juros sobre Capital Próprio	21,4	23,1	▼ -7,4%	5,1	6,1	▼ -16,4%
Participação nos Lucros e Resultados	9,2	13,8	▼ -33,3%	2,8	2,0	▲ +40,0%
Outras	11,1	4,5	▲ +146,7%	1,8	5,8	▼ -69,0%
Total	118,2	121,7	▼ -2,9%	29,2	33,1	▼ -11,8%

As Outras Despesas Operacionais – Outras, apresentaram retração no comparativo de 12 meses e em relação ao trimestre anterior. As maiores variações em 12 meses são assim explicadas: em 2017 houve contabilização não recorrente de provisões para passíveis cíveis no montante de R\$ 5,0 milhões, retornando à normalidade em 2018; despesas com convênio Tribunal de Justiça cresceram em consequência do aumento de saldo dos depósitos judiciais no período; despesa de participação nos lucros e resultado menor em decorrência do menor lucro apurado.



Lucro Líquido – R\$ milhões



Lucro Líquido

O resultado do Banese em 2018 e 4T18, foi diretamente afetado por evento não recorrente relacionado à mudança de alíquota da CSLL – Contribuição Sobre Lucro Líquido, a qual voltará a ser de 15% a partir de janeiro/19. Em dezembro/18 o estoque de crédito tributário da CSLL teve sua base ajustada, passando de 20% para 15%, atendendo às normas vigentes, gerando impacto negativo na ordem de R\$ 9,5 milhões sobre o resultado apurado.

Reflexo do comportamento dos negócios apresentados nesse relatório e do impacto do ajuste no estoque de crédito tributário acima mencionado, o lucro líquido do 4T18 ficou em R\$ 14,2 milhões, 22,8% inferior ao registrado no 3T18; e o lucro líquido de 2018 totalizou R\$ 62,5 milhões, -33,3% em relação a 2017.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banese variou 10,0% no período de 12 meses e 1,3% quando comparado ao 3T18, por força da incorporação dos resultados do período, tendo efetivado pagamento de dividendos adicionais complementares em abril/18 e ajuste de avaliação atuarial em dezembro/18, relativo ao plano de previdência complementar dos empregados do Banese junto ao Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, conforme CPC 33-R1, aprovada pela Deliberação CVM 695. O efeito da aplicação dessa norma impactou negativamente o patrimônio líquido do Banese em R\$ -3,9 milhões.

Patrimônio Líquido – R\$ milhões





Capitalização e Basileia

Capitalização e Basileia

Índices e Capitalização R\$ milhões	4T18	3T18		V3M	4T17		V12M
Patrimônio de Referência	446,9	434,9	▲	+2,7%	434,9	▲	+2,7%
PR Nível I	376,0	365,7	▲	+2,8%	341,0	▲	+10,2%
PR Nível II	70,8	69,2	▲	+2,3%	93,9	▼	-24,6%
Índice de Basileia	14,2%	14,6%	▼	-0,4 pp.	15,2%	▼	-1,0 pp.
Índice de Basileia Amplo	12,8%	13,2%	▼	-0,4 pp.	14,1%	▼	-1,3 pp.
Índice de Capital Principal	11,9%	12,2%	▼	-0,3 pp.	11,9%	▶	ND
Índice de Capital Nível I	11,9%	12,2%	▼	-0,3 pp.	11,9%	▶	ND

O Índice de Basileia do Banese totalizou 14,2% ao final do 4T18, e o Índice Amplo registrou 12,8%, apresentando uma involução de 0,4 pp. e de 0,4 pp., respectivamente, quando comparados aos índices verificados ao final do 3T18, ocasionado pela elevação dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) em 5,69% (aprox. R\$ 169,3 milhões), devido ao aumento dos Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito em 4,31% (aprox. R\$ 108,3 milhões), e dos Ativos Ponderados ao Risco de Mercado em 100,1% (aprox. R\$ 61 milhões).

Índice de Imobilização (%)



O índice de imobilização encerrou o 4T18 em 18,0%, aumento de 0,3 pp. quando comparado ao índice observado no 3T18, observando pelo incremento no ativo permanente em 3,73% (aprox. R\$ 3,5 milhões). O resultado foi substancialmente abaixo do requerimento máximo de imobilização estabelecido pelo Banco Central do Brasil, que é de 50,0%.

Vale ressaltar que esse índice é tão melhor quanto menor ele for.

Ratings

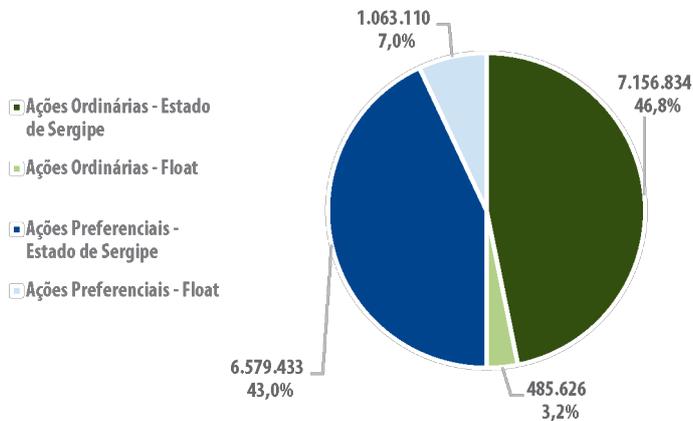
Agência	Escala	Longo Prazo	Curto Prazo	Perspectiva
Fitch Rating	Nacional	A- (bra)	F1 (bra)	Estável
	Nacional – Depósitos	Aa3 br	BR-1	Estável
Moody's	Global em Moeda Nacional - Depósitos	Ba2	Not Prime	Estável
	Global em Moeda Estrangeira - Depósitos	Ba3	Not Prime	Estável

A Fitch Ratings, em 14 de agosto de 2018, elevou o Rating Nacional de Longo Prazo do Banese para "A-(bra)" - (A menos (bra)) de "BBB+(bra)" - (BBB mais (bra)) e o Rating Nacional de Curto Prazo para "F1" (bra), de "F2(bra)", com manutenção da perspectiva do rating de longo prazo como Estável. A elevação dos ratings nacionais do Banese refletiu a opinião da Fitch em relação ao fortalecimento do perfil financeiro do Banco. Destacou, ainda, que a recuperação consistente da rentabilidade, mantendo níveis elevados desde 2016, com crescimento sustentado no crédito controlado e índices de inadimplência estáveis, mesmo sob um ambiente operacional desafiador.

A Moody's Investors Service, reafirmou, em 16 de outubro de 2018, o perfil de risco de crédito individual "ba2" ao Banese e ratings de depósito "Aa3.br", em longo prazo e BR-1, em curto prazo, na escala nacional brasileira, com a manutenção da Perspectiva Estável. A manutenção do rating considerou a participação de mercado do Banese no Estado de Sergipe (aproximadamente um terço dos depósitos e empréstimos), e do seu foco em fornecer serviços financeiros aos funcionários públicos estaduais, bem como para pequenas e médias empresas, que estão intrinsecamente conectadas à economia de Sergipe.



Banese na B3



A composição societária do Banese é constituída por 15,2 milhões de ações, sendo 7,6 milhões de ações ordinárias (BGIP3) e 7,6 milhões de ações preferenciais (BGIP4). As ações em circulação representam 10,2% do total, sendo 31,3% ON e 68,7% PN, distribuídas em 2.620 investidores pessoas físicas e 349 investidores pessoas jurídicas.

O Governo do Estado de Sergipe é o sócio majoritário do Banese, que detém 89,8% do total de ações.

As ações do Banese fazem parte do Índice ITAG da B3, que concentra as ações com diretos diferenciados de *Tag Along*.

Cientes e Canais de Atendimento

O Banese gerencia um total de 859.262 clientes, que abrangem 826.960 clientes Pessoa Física e 32.302 clientes Pessoa Jurídica. A quantidade de clientes apresentou um crescimento de 10,2% nos últimos 12 meses, consequência do foco estratégico na expansão da carteira de clientes. Em relação ao 3T2018 o aumento foi de 0,5%.

O Banese, dentro da sua estratégia de canais, tem proporcionado constantes soluções inovadoras na sua plataforma online, composta pelo *Internet e Mobile Banking*, com investimentos em novas funcionalidades e na melhoria da experiência dos clientes. Como consequência, tais Canais alcançaram números recordes para toda a rede Banese no ano de 2018. Foram realizadas 82,6 milhões de transações no ano, um crescimento de 24,8% em relação a 2017, e movimentados R\$ 7,9 bilhões, um crescimento de 38,6% na comparação com o ano anterior. É importante destacar que 67,1% dos clientes do Banese utilizaram os canais online para realizar suas transações bancárias em 2018.

Dados de Canais

	4T18	3T18	V3M	2018	2017	V12M
Agências	63	63	▶ 0	63	63	▶ 0
Postos de Serviços	15	15	▶ 0	15	13	▲ 2
Terminais ATM	506	502	▲ 4	506	508	▼ -2
Correspondentes no País	233	233	▶ 0	233	240	▼ -7
Transações em Agências, ATM e Correspondentes	10,6 Mi	10,2 Mi	▲ 0,4 Mi	41,1 Mi	39,8 Mi	▲ 1,3 Mi
Volume Transacionado	R\$ 10,3 Bi	R\$ 9,7 Bi	▲ R\$ 0,6 Bi	R\$ 39,6 Bi	R\$ 38,8 Bi	▲ R\$ 0,8 Bi
Transações <i>online</i>	23,2 Mi	21,4 Mi	▲ 1,8 Mi	82,6 Mi	66,2 Mi	▲ 16,4 Mi
Volume Transacionado	R\$ 2,3 Bi	R\$ 2,0 Bi	▲ R\$ 0,3 Bi	R\$ 7,9 Bi	R\$ 5,7 Bi	▲ R\$ 2,2 Bi



Comprometimento com a Inovação – Banese 2.0

O Banese reforçou em 2018 o investimento nos principais focos estratégicos, buscando atender as necessidades dos clientes por meio de soluções inovadoras e adoção de novas tecnologias para a oferta de produtos e serviços. Com o intuito de proporcionar aos clientes maior comodidade, agilidade e melhor experiência, o Banco disponibiliza 78 caixas eletrônicas recicladoras de cédulas espalhados pelo Estado, além de 92 em parceria com a rede Saque e Pague.

Para as Pessoas Jurídicas são fornecidos os serviços de RDC (Captura Remota de Cheques) e Depósito Inteligente. O RDC assegura a simplificação do processo de depósito de cheques para clientes PJ. No ano de 2018 o volume de transações foi de 61,3 mil cheques e um valor transacionado total de R\$ 100,7 milhões, um incremento de 10,7% quando relacionado ao ano anterior.

O Depósito Inteligente alcançou em 2018 um total de R\$ 436,6 milhões em valor transacionado, reflexo dos 548,8 mil depósitos realizados no ano, um crescimento de mais de 170,0% em relação ao registrado em 2017, tanto do valor quanto do volume. O serviço permite redução em despesas de recolhimento de numerário e falhas operacionais na tesouraria do cliente, além de ganhos com uma gestão de numerário automatizada e proativa, mitigando riscos de fraude.

Investimentos em Capital Humano

Os investimentos em programas de aprendizagem realizados pelo Banco seguem alinhados ao plano estratégico da organização, com o propósito de desenvolver competências, elevar o desempenho e engajamento das equipes, promover oportunidades de inovação e o crescimento de vantagens competitivas.

O Programa de Incentivo à Formação Profissional é uma das principais ações promovidas pelo Banese, oportunizando a formação dos seus empregados em cursos de graduação, especialização e língua estrangeira, por meio da oferta de bolsas de 50% do valor do curso. O Banco também possui programas que garantem a obtenção de certificações e a participações em eventos e treinamentos.

A Universidade Corporativa Banese, ambiente virtual de aprendizagem, disponibiliza mais de 100 cursos auto instrucionais para seus colaboradores, e registrou um total de 2.444 cursos concluídos no ano de 2018, com destaque para: Princípios de Segurança da Informação, Prevenção e Combate ao Crime de Lavagem de Dinheiro, Grafoscopia Básica, Processo de Abertura de Contas e Avaliação de Perfil de Investidor.

CONGLOMERADO BANESE

O conglomerado econômico do Banese é composto pela Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. (SEAC), além da Banese Corretora e Administradora de Seguros, do Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS), da Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (CASSE) e do Instituto Banese, esse último é responsável pela gestão da responsabilidade socioambiental e apoio às manifestações culturais.



Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda.

No ano de 2018, a Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. (SEAC) intensificou seu plano de expansão, que visa ser referência em meios de pagamento no Nordeste. Presente nos estados de Sergipe, Alagoas e Paraíba, a SEAC alcançou também os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, por meio de parcerias firmadas em 2018. A expectativa é que nos próximos anos tais ações ampliem o percentual de participação do Banese Card em cada estado.

O volume financeiro transacionado no ano de 2018 cartão de crédito Banese Card (principal produto da empresa) alcançou um total de R\$ 1,47 bilhão, crescimento de 10,4% em relação a 2017. No 4T18, a SEAC obteve um faturamento total de R\$ 425,9 milhões. A quantidade de clientes aptos a comprar alcançou em 2018 um total de 567,5 mil clientes, superior em 5,04% o ano de 2017.

A SEAC deu continuidade aos esforços para o aperfeiçoamento tecnológico e o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Com o lançamento da marca TKS e a criação da subadquirência, foi possível ofertar novas soluções mais completas aos lojistas, como novas bandeiras de cartão de crédito e débito. Em 2018, mais de 5 mil estabelecimentos foram credenciados para operar com outras bandeiras através da rede TKS, o que correspondeu a 12% da base de lojistas já credenciados ao Banese Card.

Além disso, no mesmo período, foi iniciada a distribuição dos primeiros cartões com tecnologia de chip, proporcionando uma maior segurança nas transações realizadas por seus detentores. Entre outros benefícios ofertados no ano, destaca-se também: disponibilização de pagamento da fatura e outros serviços nos canais digitais, como também e o lançamento do aplicativo do produto Banese Alimentação.

Banese Corretora de Seguros

Com o objetivo de aprimorar o atendimento aos clientes, a Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda. tem consolidado sua parceria com as principais seguradoras do Brasil, buscando novos produtos e investindo em tecnologia, como o Portal de Seguros. Em 2018, a Corretora apresentou um volume de R\$ 92,2 milhões em seguros contratados, correspondendo a um incremento de 7,6% em relação a 2017.

Tal crescimento foi motivado principalmente pelos seguros de vida, acidentes pessoais e previdência privada. A receita operacional do 4T18 alcançou um total de R\$ 6,6 milhões, um crescimento de 25,2% em relação ao trimestre anterior. As receitas acumularam no ano um total de R\$ 23,7 milhões, o que representou um incremento de 12,1% quando comparado ao acumulado no ano anterior.

Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana

O Instituto Banese atua como agente de transformação por meio de ações e investimentos voltados para os interesses da comunidade e a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, artístico, socioambiental e cultural do estado.

No ano de 2018, a entidade proporcionou benefícios sociais a projetos estratégicos e ações de assistência para um total de 44.383 pessoas, que somaram um investimento total de R\$ 538,0 mil, conforme suas finalidades estatutárias e orientada pelos objetivos estratégicos do Banese.

O Museu da Gente Sergipana, um importante celeiro das artes e da cultura do Estado de Sergipe, recebeu durante todo o ano de 2018 um total de 93.767 visitantes. A notável quantidade de visitantes do Museu reflete o quanto a região se tornou ainda mais atrativa para a população local e para os turistas, após a inauguração do Largo da Gente Sergipana no início do ano.

TABELAS E ANEXOS
Demonstrativo de Resultados – BANESE CONSOLIDADO – (R\$ mil)

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas da Intermediação Financeira	633.660	691.068
Operações de Crédito	494.699	511.152
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	124.515	162.183
Resultado das Aplicações Compulsórias	14.446	17.733
Despesas da Intermediação Financeira	(287.556)	(340.786)
Operações de Captações no Mercado	(204.417)	(255.727)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.952)	(5.760)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(49.896)	(48.066)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	(28.291)	(31.233)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	346.104	350.282
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(191.871)	(165.963)
Receitas de Prestação de Serviços	120.252	129.859
Receitas de Tarifas Bancárias	70.390	39.468
Despesas de Pessoal	(203.162)	(194.417)
Outras Despesas Administrativas	(196.548)	(187.750)
Despesas Tributárias	(53.075)	(54.793)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada	-	-
Outras Receitas Operacionais	113.488	149.477
Outras Despesas Operacionais	(43.216)	(47.807)
Resultado Operacional	154.233	184.319
Resultado Não Operacional	2.252	2.593
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	156.485	186.912
Imposto de Renda e Contribuição Social	(75.795)	(72.146)
Provisão para Imposto de Renda	(30.774)	(34.536)
Provisão para Contribuição Social	(25.968)	(28.882)
Ativo Fiscal Diferido	(19.053)	(8.728)
Participações de Empregados e Administradores no Lucro.	(9.237)	(13.831)
Lucro Líquido Antes da Participação de não Controladores	71.453	100.935
Participação de não Controladores	(8.913)	(15.283)
Lucro Líquido	62.540	85.652
Juros sobre o Capital Próprio	(21.420)	(23.143)

Demonstrativo de Resultados – BANESE MÚLTIPLO – (R\$ mil)

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas da Intermediação Financeira	638.890	705.184
Operações de Crédito	499.934	525.268
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	124.510	162.183
Resultado das Aplicações Compulsórias	14.446	17.733
Despesas da Intermediação Financeira	(262.639)	(315.869)
Operações de Captações no Mercado	(207.791)	(262.043)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.952)	(5.760)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(49.896)	(48.066)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	-	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	376.251	389.315
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(251.775)	(235.182)
Receitas de Prestação de Serviços	60.820	79.856
Receitas de Tarifas Bancárias	70.390	39.468
Despesas de Pessoal	(174.648)	(166.190)
Outras Despesas Administrativas	(155.329)	(149.587)
Despesas Tributárias	(36.195)	(36.041)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada	4.154	804
Outras Receitas Operacionais	14.599	28.886
Outras Despesas Operacionais	(35.566)	(32.378)
Resultado Operacional	124.476	154.133
Resultado Não Operacional	2.536	2.868
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	127.012	157.001
Imposto de Renda e Contribuição Social	(55.235)	(57.518)
Provisão para Imposto de Renda	(25.770)	(29.077)
Provisão para Contribuição Social	(21.765)	(24.387)
Ativo Fiscal Diferido	(7.700)	(4.054)
Participações de Empregados e Administradores no Lucro.	(9.237)	(13.831)
Lucro Líquido Antes da Participação de não Controladores	62.540	85.652
Participação de não Controladores	-	-
Lucro Líquido	62.540	85.652
Juros sobre o Capital Próprio	(21.420)	(23.143)

Balanco Patrimonial Consolidado – ATIVOS (R\$ mil)

	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE	3.659.081	3.565.665
DISPONIBILIDADES	89.943	89.937
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	999.053	668.757
Aplicações no Mercado Aberto	584.993	389.995
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	414.060	278.762
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	1.123.186	1.162.408
Carteira Própria	1.058.817	1.074.726
Vinculados a Compromissos de Recompra	48.442	67.769
Vinculados à Prestação de Garantias	237	223
Vinculados ao Banco Central	15.690	19.690
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	331.604	332.814
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.300	546
Créditos Vinculados:	319.178	332.268
- Depósitos no Banco Central	319.109	331.970
- Convênios	69	298
Correspondentes	10.126	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	683.135	924.976
Operações de Crédito:	716.966	967.505
- Setor Privado	716.966	967.505
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(33.831)	(42.529)
OUTROS CRÉDITOS	426.046	384.329
Rendas a Receber	10.405	6.724
Diversos	449.048	415.820
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.217)	(1.117)
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento	(32.013)	(37.098)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	(177)	-
OUTROS VALORES E BENS	6.114	2.444
Outros Valores e Bens	1.403	1.383
Despesas Antecipadas	4.711	1.061
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.720.468	1.410.742
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	24.422	27.442
Carteira Própria	24.422	27.442
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	27.935	26.822
Créditos Vinculados:	27.935	26.822
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	27.935	26.822
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.383.126	1.077.690
Operações de Crédito:	1.428.935	1.125.811
- Setor Privado	1.428.935	1.125.811
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(45.809)	(48.121)
OUTROS CRÉDITOS	250.815	249.681
Diversos	250.815	249.681
OUTROS VALORES E BENS	34.170	29.107
Outros Valores e Bens	35.323	30.505
Provisões para Desvalorizações	(2.758)	(2.373)
Despesas Antecipadas	1.605	975



Balanco Patrimonial Consolidado – ATIVOS (R\$ mil) - CONTINUAÇÃO

	31.12.2018	31.12.2017
PERMANENTE	97.060	98.531
INVESTIMENTOS	6	6
Participação em Coligadas e Controladas	-	-
Outros Investimentos	454	454
Provisões para Perdas	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO	80.648	78.618
Imóveis de Uso	71.946	70.679
Outras Imobilizações de Uso	132.804	124.922
Depreciações Acumuladas	(124.102)	(116.983)
INTANGIVEL	16.406	19.907
Ativos Intangíveis	65.045	62.794
Amortização Acum. de Ativos Intangíveis	(48.639)	(42.887)
TOTAL	5.476.609	5.074.938

Balanco Patrimonial Consolidado – PASSIVOS (R\$ mil)

	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE	3.948.211	3.456.942
DEPÓSITOS	3.379.800	2.995.329
Depósitos à Vista	712.955	592.406
Depósitos de Poupança	1.384.752	1.247.429
Depósitos Interfinanceiros	162.486	155.881
Depósitos a Prazo	1.119.607	999.613
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.241	1.561
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.241	1.561
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	22.001	23.213
Carteira Própria	22.001	23.213
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	52.991	24.134
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	52.991	24.134
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	754	787
Recursos em Trânsito de Terceiros	754	787
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	22.248	16.944
BNDES	5.269	5.006
FINAME	2.507	3.365
Outras Instituições	14.472	8.573
OUTRAS OBRIGAÇÕES	469.176	394.974
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.054	2.175
Sociais e Estatutárias	609	459
Fiscais e Previdenciárias	80.993	78.234
Dívidas Subordinadas	70.299	-
Diversas	315.221	314.106

Balanco Patrimonial Consolidado – PASSIVOS (R\$ mil) - CONTINUAÇÃO

	31.12.2018	31.12.2017
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.083.426	1.226.223
DEPÓSITOS	821.873	869.311
Depósitos a Prazo	821.873	869.311
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	26.405	44.525
Carteira Própria	26.405	44.525
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	45.830	52.429
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	45.830	52.429
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	42.881	61.479
BNDES	342	7.023
FINAME	2.305	4.878
Outras Instituições	40.234	49.578
OUTRAS OBRIGAÇÕES	146.437	198.479
Fiscais e Previdenciárias	-	2.060
Dívidas Subordinadas	88.539	146.432
Diversas	57.898	49.987
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	11.632	12.220
Resultados de Exercícios Futuros	11.632	12.220
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	433.340	379.553
Capital	348.000	232.000
- De Domiciliados no País	348.000	232.000
Reservas de Lucros	61.796	140.481
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3.856)	(11.415)
Participação de Não Controladores	27.400	18.487
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.476.609	5.074.938

Demonstrativo do Valor Adicionado Consolidado (R\$ mil)

	31.12.2018	31.12.2017
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita da intermediação financeira	633.660	691.068
Despesa da intermediação financeira	(287.556)	(340.786)
Outras receitas/despesas operacionais	70.272	101.670
Resultado não operacional	2.252	2.593
Receita da prestação de serviços	190.642	169.327
Matérias, energia, serviço de terceiros e outros	(170.663)	(157.534)
Valor Adicionado Bruto	438.607	466.338
Retenções	(19.180)	(19.974)
Amortização	(5.749)	(5.912)
Depreciação	(13.431)	(14.062)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	419.427	446.364
Valor Adicionado Recebido em Transferência	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	419.427	446.364
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Governo	128.870	126.939
Despesas Tributárias	72.128	63.521
Imposto de renda e contribuição social	56.742	63.418
Empregados	212.399	208.248
Salários e honorários	121.688	115.898
Encargos sociais	45.038	42.751
Previdência privada	7.999	8.282
Benefícios e treinamentos	28.437	27.486
Participação nos resultados	9.237	13.831
Aluguéis	4.410	4.493
Taxas e Contribuições	2.295	5.749
Acionistas	21.420	26.949
Dividendos	-	3.805
Juros sobre o capital próprio	21.420	23.144
Participação não Controladores	8.913	15.283
(Prejuízo)/Lucro Retido	41.120	58.703
Valor Adicionado Distribuído	419.427	446.364



Fluxo de Caixa Consolidado (R\$ mil)

	31.12.2018	31.12.2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Ajustado	191.615	198.035
Lucro Líquido	62.540	85.652
Ajuste ao Lucro Líquido	129.075	112.383
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.	49.896	48.066
Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS	448	762
Depreciações e Amortizações	19.425	20.288
Crédito de Pis e Cofins sobre Depreciações na coligada	(246)	(314)
Ajuste de Provisão Passivas	9.678	16.236
Outras Provisões Operacionais	10.608	-
Despesa com prêmio de fidelização	794	526
Outras Provisões Não Operacionais	588	1.202
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	259	239
TVM Ajuste ao Valor de Mercado	238	(864)
Ativo Fiscal Diferido	19.053	8.728
Perda de Capital	3.634	3.233
Reversão de provisão de créditos vinculados ao SFH	-	(4.890)
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(8.979)	(8.529)
Reversão de Outras Provisões Não Operacionais	(4.612)	(3.533)
Resultado de Participação em controladas	-	-
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	28.291	31.233
Juros Sobre o Capital Próprio Não Pagos	-	-
Varição de Ativos e Obrigações	148.377	(356.674)
(Aumento) Redução em Aplicações Financeiras de Liquidez	10.089	2.492
(Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	42.003	(493.076)
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras/Interdependência (Ativos/Passivos)	(704)	(172.727)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(141.782)	(189.477)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(8.734)	(26.426)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(51.574)	(75.615)
Aumento (Redução) em Depósitos	337.033	586.491
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(19.332)	14.723
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(13.294)	(10.528)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	7.559	(7.462)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(588)	12.201
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(12.299)	2.730
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	339.992	(158.639)
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Transferência de Imobilizado de Uso p/Comodato	303	225
Aquisição de Imobilizado de Uso	(17.305)	(21.205)
Baixa de Imobilizado de Uso	1.300	3.986
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-	(59)
Aplicações no Intangível	(2.251)	(2.805)
Aporte de Capital em Controlada	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(17.953)	(19.858)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Participação de não controladores	8.913	15.283
Dividendo Adicionais Propostos Pagos	(3.805)	(8.408)
Dividendo Intermediário	-	(20.039)
Juros sobre Capital Próprio Pagos	(21.420)	(23.144)
Aumento (Redução) em Recursos de Letras Imobiliárias	22.258	29.250
Dívidas Subordinadas	12.406	8.925
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	18.352	1.867
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	340.391	(176.630)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	489.940	666.570
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	830.331	489.940



Banese

Relatório de Resultados 4T18 e 2018
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	BANESE	MÚLTIPLO	BANESE	CONSOLIDADO
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
		Reapresenta- do (Nota 3t)		Reapresenta- do (Nota 3t)
CIRCULANTE	3.487.781	3.455.055	3.659.081	3.565.665
DISPONIBILIDADES (NOTA 4)	89.852	89.935	89.943	89.937
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	999.053	668.757	999.053	668.757
Aplicações no Mercado Aberto	584.993	389.995	584.993	389.995
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	414.060	278.762	414.060	278.762
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	1.113.093	1.162.408	1.123.186	1.162.408
Carteira Própria	1.048.724	1.074.726	1.058.817	1.074.726
Vinculados a Compromissos de Recompra	48.442	67.769	48.442	67.769
Vinculados à Prestação de Garantias	237	223	237	223
Vinculados ao Banco Central	15.690	19.690	15.690	19.690
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	331.604	332.814	331.604	332.814
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.300	546	2.300	546
Créditos Vinculados:	319.178	332.268	319.178	332.268
- Depósitos no Banco Central	319.109	331.970	319.109	331.970
- Convênios	69	298	69	298
Correspondentes	10.126	-	10.126	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	683.135	924.976	683.135	924.976
Operações de Crédito:	716.966	967.505	716.966	967.505
- Setor Privado	716.966	967.505	716.966	967.505
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(33.831)	(42.529)	(33.831)	(42.529)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	265.674	274.503	426.046	384.329
Rendas a Receber	5.691	1.774	10.405	6.724
Diversos	261.200	273.846	449.048	415.820
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.217)	(1.117)	(1.217)	(1.117)
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento	-	-	(32.013)	(37.098)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	-	-	(177)	-
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	5.370	1.662	6.114	2.444
Outros Valores e Bens	1.148	1.101	1.403	1.383
Despesas Antecipadas	4.222	561	4.711	1.061
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.663.694	1.343.019	1.720.468	1.410.742
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	24.422	27.442	24.422	27.442
Carteira Própria	24.422	27.442	24.422	27.442
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	27.935	26.822	27.935	26.822
Créditos Vinculados:	27.935	26.822	27.935	26.822
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	27.935	26.822	27.935	26.822
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	1.383.126	1.077.690	1.383.126	1.077.690
Operações de Crédito:	1.428.935	1.125.811	1.428.935	1.125.811
- Setor Privado	1.428.935	1.125.811	1.428.935	1.125.811
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(45.809)	(48.121)	(45.809)	(48.121)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	194.041	181.958	250.815	249.681
Diversos	194.041	181.958	250.815	249.681
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	34.170	29.107	34.170	29.107
Outros Valores e Bens	35.323	30.505	35.323	30.505
Provisões para Desvalorizações	(2.758)	(2.373)	(2.758)	(2.373)
Despesas Antecipadas	1.605	975	1.605	975
PERMANENTE	95.372	74.852	97.060	98.531
INVESTIMENTOS (NOTA 11)	27.133	979	6	6
Participação em Coligadas e Controladas	27.127	973	-	-
Outros Investimentos	454	454	454	454
Provisões para Perdas	(448)	(448)	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 12)	53.215	54.621	80.648	78.618
Imóveis de Uso	55.536	56.014	71.946	70.679
Outras Imobilizações de Uso	104.254	100.027	132.804	124.922
Depreciações Acumuladas	(106.575)	(101.420)	(124.102)	(116.983)
INTANGÍVEL (NOTA 13)	15.024	19.252	16.406	19.907
Ativos Intangíveis	60.707	59.222	65.045	62.794
Amortização Acum. de Ativos Intangíveis	(45.683)	(39.970)	(48.639)	(42.887)
TOTAL	5.246.847	4.872.926	5.476.609	5.074.938

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

PASSIVO	BANESE	MÚLTIPLO	BANESE	CONSOLIDADO
	31.12.2018	31.12.2017 Reapresenta- do (Nota 3t)	31.12.2018	31.12.2017 Reapresenta- do (Nota 3t)
CIRCULANTE	3.708.063	3.236.135	3.948.211	3.456.942
DEPÓSITOS (NOTA 14)	3.392.020	3.012.620	3.379.800	2.995.329
Depósitos à Vista	726.174	610.661	712.955	592.406
Depósitos de Poupança	1.384.752	1.247.429	1.384.752	1.247.429
Depósitos Interfinanceiros	162.486	155.881	162.486	155.881
Depósitos a Prazo	1.118.608	998.649	1.119.607	999.613
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.241	1.561	1.241	1.561
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.241	1.561	1.241	1.561
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	22.001	23.213	22.001	23.213
Carteira Própria	22.001	23.213	22.001	23.213
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14).....	52.991	24.134	52.991	24.134
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	52.991	24.134	52.991	24.134
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	754	787	754	787
Recursos em Trânsito de Terceiros	754	787	754	787
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	22.248	16.944	22.248	16.944
BNDES	5.269	5.006	5.269	5.006
FINAME	2.507	3.365	2.507	3.365
Outras Instituições	14.472	8.573	14.472	8.573
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	216.808	156.876	469.176	394.974
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.770	1.586	2.054	2.175
Sociais e Estatutárias	609	459	609	459
Fiscais e Previdenciárias	76.770	70.776	80.993	78.234
Dívidas Subordinadas	70.299	-	70.299	-
Diversas	67.360	84.055	315.221	314.106
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.121.212	1.263.505	1.083.426	1.226.223
DEPÓSITOS (NOTA 14)	872.440	913.206	821.873	869.311
Depósitos a Prazo	872.440	913.206	821.873	869.311
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	26.405	44.525	26.405	44.525
Carteira Própria	26.405	44.525	26.405	44.525
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14).....	45.830	52.429	45.830	52.429
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	45.830	52.429	45.830	52.429
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	42.881	61.479	42.881	61.479
BNDES	342	7.023	342	7.023
FINAME	2.305	4.878	2.305	4.878
Outras Instituições	40.234	49.578	40.234	49.578
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	133.656	191.866	146.437	198.479
Fiscais e Previdenciárias	-	-	-	2.060
Dívidas Subordinadas	88.539	146.432	88.539	146.432
Diversas	45.117	45.434	57.898	49.987
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (NOTA 17).....	11.632	12.220	11.632	12.220
Resultados de Exercícios Futuros	11.632	12.220	11.632	12.220
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 19)	405.940	361.066	433.340	379.553
Capital:	348.000	232.000	348.000	232.000
- De Domiciliados no País	348.000	232.000	348.000	232.000
Reservas de Lucros	61.796	140.481	61.796	140.481
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3.856)	(11.415)	(3.856)	(11.415)
Participação de Não Controladores (NOTA 18)	-	-	27.400	18.487
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.246.847	4.872.926	5.476.609	5.074.938

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO			BANESE CONSOLIDADO		
	2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresentado (Nota 3t)	2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresentado (Nota 3t)
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Receita da intermediação financeira	325.663	638.890	705.184	323.394	633.660	691.068
Despesa da intermediação financeira	(129.302)	(262.639)	(315.869)	(141.020)	(287.556)	(340.786)
Outras receitas/despesas operacionais.....	(12.018)	(20.967)	(3.492)	34.862	70.272	101.670
Resultado não operacional	2.186	2.536	2.868	1.742	2.252	2.593
Receita da prestação de serviços	69.850	131.210	119.324	101.931	190.642	169.327
Materias, energia, serviço de terceiros e outros.....	(71.263)	(134.067)	(124.969)	(90.946)	(170.663)	(157.534)
Valor Adicionado Bruto	185.117	354.963	383.046	229.963	438.607	466.338
Retenções	(8.354)	(16.732)	(16.886)	(9.619)	(19.180)	(19.974)
Amortização	(2.711)	(5.712)	(5.912)	(2.743)	(5.749)	(5.912)
Depreciação	(5.643)	(11.020)	(10.974)	(6.876)	(13.431)	(14.062)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	176.763	338.231	366.160	220.344	419.427	446.364
Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.769	4.154	804	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	3.769	4.154	804	-	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	180.532	342.385	366.964	220.344	419.427	446.364
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Governo	51.041	91.430	93.559	73.912	128.870	126.939
Despesas Tributárias	30.429	43.895	40.095	47.675	72.128	63.521
Imposto de renda e contribuição social	20.612	47.535	53.464	26.237	56.742	63.418
Empregados	94.495	183.885	180.021	108.803	212.399	208.248
Salários e honorários.....	53.773	104.145	98.611	62.640	121.688	115.898
Encargossociais.....	20.069	39.344	36.901	22.898	45.038	42.751
Previdência privada.....	3.858	7.998	8.282	3.859	7.999	8.282
Benefícios e treinamentos.....	12.015	23.161	22.396	14.626	28.437	27.486
Participação nos resultados.....	4.780	9.237	13.831	4.780	9.237	13.831
Aluguéis	2.053	4.030	3.797	2.248	4.410	4.494
Taxas e Contribuições	300	500	3.936	1.143	2.295	5.749
Acionistas	11.126	21.420	26.948	11.126	21.420	26.948
Dividendos	-	-	3.805	-	-	3.805
Juros sobre o capital próprio.....	11.126	21.420	23.143	11.126	21.420	23.143
Participação não Controladores	-	-	-	1.595	8.913	15.283
(Prejuízo)/Lucro Retido	21.517	41.120	58.703	21.517	41.120	58.703
Valor Adicionado Distribuído	180.532	342.385	366.964	220.344	419.427	446.364

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO			BANESE CONSOLIDADO		
	2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresenta- do (Nota 3t)	2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresenta- do (Nota 3t)
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	325.663	638.890	705.184	323.394	633.660	691.068
Operações de Crédito (NOTA 8 j)	254.116	499.934	525.268	251.842	494.699	511.152
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (NOTA 6 b.)	64.663	124.510	162.183	64.668	124.515	162.183
Resultado das Aplicações Compulsórias (NOTA 7 b.)	6.884	14.446	17.733	6.884	14.446	17.733
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(129.302)	(262.639)	(315.869)	(141.020)	(287.556)	(340.786)
Operações de Captações no Mercado (NOTA 14 d).....	(104.227)	(207.791)	(262.043)	(102.515)	(204.417)	(255.727)
Operações de Empréstimos e Repasses (NOTA 14 d).....	(2.369)	(4.952)	(5.760)	(2.369)	(4.952)	(5.760)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (NOTA 8 h)	(22.706)	(49.896)	(48.066)	(22.706)	(49.896)	(48.066)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito (NOTA 8 h)	-	-	-	(13.430)	(28.291)	(31.233)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	196.361	376.251	389.315	182.374	346.104	350.282
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(128.588)	(251.775)	(235.182)	(98.365)	(191.871)	(165.963)
Receitas de Prestação de Serviços (NOTA 20 a)	30.761	60.820	79.856	62.841	120.252	129.859
Receitas de Tarifas Bancárias (NOTA 20 b)	39.090	70.390	39.468	39.090	70.390	39.468
Despesas de Pessoal (NOTA 20 c)	(89.715)	(174.648)	(166.190)	(104.023)	(203.162)	(194.417)
Outras Despesas Administrativas (NOTA 20 d)	(81.970)	(155.329)	(149.587)	(103.956)	(196.548)	(187.750)
Despesas Tributárias (NOTA 20 e).....	(18.505)	(36.195)	(36.041)	(27.179)	(53.075)	(54.793)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada (NOTA 11)	3.769	4.154	804	-	-	-
Outras Receitas Operacionais (NOTA 20 f).....	7.656	14.599	28.886	58.282	113.488	149.477
Outras Despesas Operacionais (NOTA 20 g)	(19.674)	(35.566)	(32.378)	(23.420)	(43.216)	(47.807)
RESULTADO OPERACIONAL	67.773	124.476	154.133	84.009	154.233	184.319
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 21)	2.186	2.536	2.868	1.742	2.252	2.593
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	69.959	127.012	157.001	85.751	156.485	186.912
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(32.536)	(55.235)	(57.518)	(46.733)	(75.795)	(72.146)
Provisão para Imposto de Renda (NOTA 23)	(11.180)	(25.770)	(29.077)	(14.220)	(30.774)	(34.536)
Provisão para Contribuição Social (NOTA 23)	(9.432)	(21.765)	(24.387)	(12.017)	(25.968)	(28.882)
Ativo Fiscal Diferido	(11.924)	(7.700)	(4.054)	(20.496)	(19.053)	(8.728)
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO	(4.780)	(9.237)	(13.831)	(4.780)	(9.237)	(13.831)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	32.643	62.540	85.652	34.238	71.453	100.935
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (NOTA 18)	-	-	-	(1.595)	(8.913)	(15.283)
LUCRO LÍQUIDO.....	32.643	62.540	85.652	32.643	62.540	85.652
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(11.126)	(21.420)	(23.143)	(11.126)	(21.420)	(23.143)
Número de Ações em Circulação	15.285.090	15.285.090	15.285.090			
Lucro líquido por Ação do Capital Social (em R\$)	2,13561	4,09157	5,60			

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS MIL

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVANÇAMENTO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL BANESE MÚLTIPLO	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL BANESE CONSOLIDADO
	CAPITAL INTEGRALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA	OUTRAS					
SALDOS EM 31.12.2016	232.000	-	23.747	79.560	3.112	(3.953)	-	334.466	3.204	337.670
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ORIGINALMENTE APRESENTADO	-	-	-	-	-	-	93.661	93.661	-	93.661
AJUSTES IDENTIFICADOS EM 2018 RELACIONADOS A 2017	-	-	-	-	-	-	(8.009)	(8.009)	-	(8.009)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO REAPRESENTADO	-	-	-	-	-	-	85.652	85.652	-	85.652
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	-	(7.462)	-	(7.462)	-	(7.462)
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	15.283	15.283
DESTINAÇÕES:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva	-	-	4.683	-	-	-	(4.683)	-	-	-
- Reserva para Margem Operacional	-	-	-	62.030	-	-	(62.030)	-	-	-
- Dividendos Adicionais Propostos Pagos de R\$ 0,20 por ação	-	-	-	-	(3.112)	-	-	(3.112)	-	(3.112)
- Dividendos Adicionais Propostos de R\$ 0,25 por ação	-	-	-	(5.296)	3.805	-	(3.805)	(5.296)	-	(5.296)
- Dividendos Intermediários de R\$ 1,31 por ação	-	-	-	(20.039)	-	-	-	(20.039)	-	(20.039)
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 1,51 por ação	-	-	-	-	-	-	(23.143)	(23.143)	-	(23.143)
SALDOS EM 31.12.2017 REAPRESENTADO	232.000	-	28.430	116.255	3.805	(11.415)	(8.009)	361.066	18.487	379.553
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	62.540	62.540	-	62.540
- Aumento de Capital	-	116.000	-	(116.000)	-	-	-	-	-	-
- Aumento de Capital Homologado	116.000	(116.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	-	7.559	-	7.559	-	7.559
- Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	8.913	8.913
DESTINAÇÕES:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	3.127	-	-	-	(3.127)	-	-	-
- Reservas para Margem Operacional	-	-	3.127	21.458	-	-	(21.458)	-	-	-
- Reservas para Equalização de Dividendos	-	-	-	8.526	-	-	(8.526)	-	-	-
- Dividendos Adicionais Propostos de R\$ 0,25 por ação	-	-	-	-	(3.805)	-	-	(3.805)	-	(3.805)
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 1,40 por ação	-	-	-	-	-	-	(21.420)	(21.420)	-	(21.420)
SALDOS EM 31.12.2018	348.000	-	31.557	30.239	-	(3.856)	-	405.940	27.400	433.340
MUTAÇÕES DO PERÍODO	116.000	-	3.127	(86.016)	(3.805)	7.559	8.009	44.874	8.913	53.787
SALDOS EM 30.06.2018	232.000	-	29.925	116.255	-	-	10.099	388.279	25.805	414.084
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	32.643	32.643	-	32.643
- Aumento de Capital	-	116.000	-	(116.000)	-	-	-	-	-	-
- Aumento de Capital Homologado	116.000	(116.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	-	(3.856)	-	(3.856)	-	(3.856)
- Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	1.595	1.595
DESTINAÇÕES:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Legal	-	-	1.632	-	-	-	(1.632)	-	-	-
- Reservas para Margem Operacional	-	-	-	21.458	-	-	(21.458)	-	-	-
- Reservas para Equalização de Dividendos	-	-	-	8.526	-	-	(8.526)	-	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,73 por ação	-	-	-	-	-	-	(11.126)	(11.126)	-	(11.126)
SALDOS EM 31.12.2018	348.000	-	31.557	30.239	-	(3.856)	-	405.940	27.400	433.340
MUTAÇÕES DO PERÍODO	116.000	-	1.632	(86.016)	-	(3.856)	(10.099)	17.661	1.595	19.256

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO			BANESE CONSOLIDADO		
	2018		2017	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresentado (Nota 3t)	2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresentado (Nota 3t)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro Líquido Ajustado	80.474	145.288	156.539	103.794	191.615	198.035
Lucro Líquido	32.643	62.540	85.652	32.643	62.540	85.652
Ajuste ao Lucro Líquido	47.831	82.748	70.887	71.151	129.075	112.383
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22.706	49.896	48.066	22.706	49.896	48.066
Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS	232	448	762	232	448	762
Depreciações e Amortizações	8.354	16.732	16.886	9.864	19.425	20.288
Crédito de Pis e Cofins sobre Depreciações na coligada	-	-	-	(128)	(246)	(314)
Ajuste de Provisões Passivas	3.692	7.411	13.171	5.284	9.678	16.236
Outras Provisões Operacionais	7.142	10.431	-	7.317	10.608	-
Despesa com prêmio de fidelização	344	475	250	533	794	526
Outras Provisões Não Operacionais	312	588	1.202	312	588	1.202
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	24	259	239	24	259	239
TVM Ajuste ao Valor de Mercado	(74)	238	(864)	(74)	238	(864)
Ativo Fiscal Diferido	11.924	7.700	4.054	17.610	19.053	8.728
Perda de Capital	501	1.054	513	2.388	3.634	3.233
Reversão de provisão de créditos vinculados ao SFH	-	-	(4.890)	-	-	(4.890)
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(2.144)	(5.547)	(7.615)	(4.508)	(8.979)	(8.529)
Reversão de Outras Provisões Não Operacionais	(1.413)	(2.783)	(83)	(3.662)	(4.612)	(3.533)
Resultado de Participação em controladas	(3.769)	(4.154)	(804)	-	-	-
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	-	-	-	13.253	28.291	31.233
Varição de Ativos e Obrigações	(50.716)	218.673	(309.035)	(93.083)	148.377	(356.674)
(Aumento) Redução em Aplicações Financeiras de Liquidez	136.819	10.089	2.492	136.819	10.089	2.492
(Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	5.163	52.097	(493.076)	(4.931)	42.003	(493.076)
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras/Interdependência (Ativos/Passivos)	20.229	(704)	(172.727)	20.229	(704)	(172.727)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(183.583)	(113.491)	(124.547)	(196.836)	(141.782)	(189.477)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(3.703)	(8.771)	(26.154)	(3.830)	(8.734)	(26.426)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(38.923)	(3.678)	(70.281)	(69.989)	(51.574)	(75.615)
Aumento (Redução) em Depósitos	31.035	338.634	566.515	(3.806)	337.033	586.491
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	11.951	(19.332)	14.723	11.951	(19.332)	14.723
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(7.473)	(13.294)	(10.528)	(7.473)	(13.294)	(10.528)
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(3.856)	7.559	(7.462)	(3.856)	7.559	(7.462)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(243)	(588)	12.201	(243)	(588)	12.201
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(18.132)	(29.848)	(191)	28.882	(12.299)	2.730
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.758	363.961	(152.496)	10.711	339.992	(158.639)
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Transferência de Imobilizado de Uso p/Comodato	11	303	225	11	303	225
Aquisição de Imobilizado de Uso	(7.630)	(10.338)	(8.256)	(11.912)	(17.305)	(21.205)
Baixa de Imobilizado de Uso	359	421	1	870	1.300	3.986
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-	-	(59)	-	-	(59)
Aplicações no Intangível	(1.025)	(1.484)	(2.630)	(1.712)	(2.251)	(2.805)
Aporte de Capital em Controlada	(22.000)	(22.000)	-	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(30.285)	(33.098)	(10.719)	(12.743)	(17.953)	(19.858)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Participação de não controladores	-	-	-	1.595	8.913	15.283
Dividendo Adicionais Propostos Pagos	-	(3.805)	(8.408)	-	(3.805)	(8.408)
Dividendo Intermediário	-	-	(20.039)	-	-	(20.039)
Juros sobre Capital Próprio Pagos	(11.126)	(21.420)	(23.144)	(11.126)	(21.420)	(23.144)
Aumento (Redução) em Recursos de Letras Imobiliárias	3.214	22.258	29.250	3.214	22.258	29.250
Dívidas Subordinadas	6.918	12.406	8.925	6.918	12.406	8.925
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(994)	9.439	(13.416)	(601)	18.352	1.867
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.521)	340.302	(176.631)	(1.431)	340.391	(176.630)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	831.761	489.938	666.569	831.762	489.940	666.570
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	830.240	830.240	489.938	830.331	830.331	489.940

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS MÚLTIPLOS E CONSOLIDADAS

Semestre findo em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese, (“Instituição” ou “Banco”) é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe. Opera na forma de banco múltiplo e disponibiliza produtos e serviços bancários, por meio das carteiras de crédito comercial, desenvolvimento e imobiliário, além de contar com 63 agências no Estado de Sergipe.

Como fonte de financiamento de suas operações, o Banese utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O Banese atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- » CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CMN nº 4.144/2012;
- » CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008;
- » CPC 02(R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/2016;
- » CPC 03(R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008;
- » CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
- » CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009;
- » CPC 10(R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;
- » CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/2011;
- » CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 3.973/2011;
- » CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009;
- » CPC 27 – Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
- » CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras provisões, crédito tributário e passivo atuarial. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

2.1 Principais práticas adotadas na consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras do Banese - Banco do Estado de Sergipe S.A. e de sua controlada SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda., conforme Resolução CMN nº 2.723/2000.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:



- » Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- » Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- » Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições.

O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração do Banese aprovaram a conclusão das presentes informações financeiras individuais e consolidadas em 22 de fevereiro de 2019, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Banese	SEAC-Sergipe Adm. de Cartões e Serv. Ltda	Eliminações	Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2017
					Reapresenta- do (Nota 3t)
Ativo circulante	3.487.781	272.743	(101.443)	3.659.081	3.565.665
Disponibilidades	89.852	13.310	(13.219)	89.943	89.937
Aplicações interfinanceiras de liquidez	999.053	-	-	999.053	668.757
Títulos e valores mobiliários	1.113.093	60.660	(50.567)	1.123.186	1.162.408
Relações interfinanceiras	331.604	-	-	331.604	332.814
Operações de crédito	716.966	-	-	716.966	967.505
Provisão para perdas de operações de crédito	(33.831)	-	-	(33.831)	(42.529)
Outros créditos	265.674	198.029	(37.657)	426.046	384.329
Outros valores e bens	5.370	744	-	6.114	2.444
Realizável a longo prazo	1.663.694	56.774	-	1.720.468	1.410.742
Títulos e valores mobiliários	24.422	-	-	24.422	27.442
Relações interfinanceiras	27.935	-	-	27.935	26.822
Operações de crédito	1.428.935	-	-	1.428.935	1.125.811
Provisão para perdas de operações de crédito	(45.809)	-	-	(45.809)	(48.121)
Outros créditos	194.041	56.774	-	250.815	249.681
Outros valores e bens	34.170	-	-	34.170	29.107
Ativo permanente	95.372	28.815	(27.127)	97.060	98.531
Total do ativo	5.246.847	358.332	(128.570)	5.476.609	5.074.938
Passivo Circulante	3.708.063	291.024	(50.876)	3.948.211	3.456.942
Depósitos	3.392.020	999	(13.219)	3.379.800	2.995.329
Relações interfinanceiras	1.241	33.270	(33.270)	1.241	1.561
Captações no mercado aberto	22.001	-	-	22.001	23.213
Recursos de aceites e emissão de títulos	52.991	-	-	52.991	24.134
Relações interdependências	754	-	-	754	787
Obrigações por empréstimos e repasses	22.248	-	-	22.248	16.944
Outras obrigações	216.808	256.755	(4.387)	469.176	394.974
Exigível a longo prazo	1.121.212	12.781	(50.567)	1.083.426	1.226.223
Depósitos	872.440	-	(50.567)	821.873	869.311
Captações no mercado aberto	26.405	-	-	26.405	44.525
Recursos de aceites e emissão de títulos	45.830	-	-	45.830	52.429
Obrigações por empréstimos e repasses	42.881	-	-	42.881	61.479
Outras obrigações	133.656	12.781	-	146.437	198.479
Resultado de exercícios futuros	11.632	-	-	11.632	12.220
Patrimônio líquido	405.940	54.527	(27.127)	433.340	379.553
Capital Social	348.000	46.700	(46.700)	348.000	232.000
Reserva de Lucro	61.796	7.828	(7.828)	61.796	140.481
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3.856)	-	-	(3.856)	(11.415)
Participação de Não Controladores	-	-	27.400	27.400	18.487
Total do passivo e patrimônio líquido	5.246.847	358.332	(128.570)	5.476.609	5.074.938



Segue de forma resumida a demonstração do resultado consolidada em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Banese	SEAC-Sergipe Adm. de Cartões e Serv. Ltda.	Eliminações	Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2017 Reapresentado (Nota 3t)
Receitas de intermediação financeira	638.890	3.379	(8.609)	633.660	691.068
Despesas de intermediação financeira	(262.639)	(28.291)	3.374	(287.556)	(340.786)
Resultado bruto da intermediação financeira	376.251	(24.912)	(5.235)	346.104	350.282
Outras receitas/despesas operacionais	(251.775)	58.824	1.080	(191.871)	(165.963)
Resultado operacional	124.476	33.912	(4.155)	154.233	184.319
Resultado não operacional	2.536	(284)	-	2.252	2.593
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	127.012	33.628	(4.155)	156.485	186.912
Imposto de renda e contribuição social	(55.235)	(20.560)	-	(75.795)	(72.146)
Participações estatutárias no lucro	(9.237)	-	-	(9.237)	(13.831)
Lucro líquido antes da participação de não controladores	62.540	13.068	(4.155)	71.453	100.935
Participação de não controladores	-	-	(8.913)	(8.913)	(15.283)
Lucro líquido	62.540	13.068	(13.068)	62.540	85.652
Juros sobre o capital próprio	(21.420)	-	-	(21.420)	(23.143)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banese e sua controlada.

b. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério *pro rata die*. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção daquelas relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito. As receitas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN nº3.604/2008), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:



- » **Títulos para negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento;
- » **Títulos Disponíveis para Venda** - são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
- » **Títulos mantidos até o vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banese para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

O Banese não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”.

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

O Banese não opera com instrumentos financeiros derivativos, exceto nos fundos exclusivos que possuem em sua carteira opções de futuro (dólar, IDI e DI) e opções de ações.

g. Relações interfinanceiras

Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

h. Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito

As operações de crédito, bem como as respectivas provisões constituídas, em curso normal são registradas no ativo circulante ou realizável a longo prazo obedecendo aos prazos contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina:

- » A classificação das operações de crédito em nove níveis de risco AA (risco mínimo) até H (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- » As operações de crédito em atraso classificadas em “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- » As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- » Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do artigo 4º (prazo dobrado);
- » Com base no artigo 5º da Resolução CMN nº 2.682/1999, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com pessoas físicas da carteira comercial, com responsabilidade total do devedor inferior a R\$ 50, considerando informações pessoais, financeiras, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, industrial e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H), conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999.



A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

i. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no período. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 20%, de acordo com a MP 675/2015, convertida na Lei 13.169/2015. A partir de janeiro de 2019, a alíquota-base da contribuição social passou a ser de 15%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

j. Outros valores e bens

Os bens não de uso próprio, são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

k. Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, considerando os seguintes aspectos:

- » Avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras individuais e consolidadas levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;
- » Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

Edificações	4%
Equipamentos de uso	10%
Sistemas de processamento de dados	20%
Outros	10 a 20%

Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisições de licença de *software*. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l. Redução do valor recuperável de ativos financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.



Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

m. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data do balanço, reconhecidos de forma *pro rata die*.

n. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Para os processos judiciais em que o Banese e sua controlada figuram como réus, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banese e sua controlada, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhantes, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Para os ativos reconhecidos em períodos anteriores, que estão em fase de cálculo pericial, e gerem expectativa de ganho de valor inferior aos reconhecidos, foram constituídas provisões.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

o. Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas diariamente pela taxa de emissão da operação.

p. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

q. Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações.

r. Benefício a empregados

O Banese mantém dois planos previdenciários: (a) de Benefício Definido (BD) para os seus empregados e ex-empregados (aposentados, participantes vinculados a falecidos), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social. Conforme o regulamento do plano, os benefícios contemplados são: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de pensão, (v) pecúlio por morte e (vi) suplementação de abono anual; (b) de Contribuição Definida (CD), onde cada participante tem valor do benefício programado e constantemente atualizado de acordo com o saldo da sua conta.

O Banese possui planos de benefícios a empregados incluindo benefícios de curto prazo, planos de previdência privada, assistência médica, assistência odontológica e de participação nos lucros.



s. JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. O Banco por deliberação do Conselho de Administração pode declarar dividendos adicionais.

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Banese no período em que os dividendos são aprovados.

De acordo com o Estatuto os juros sobre capital próprio deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

t. Reapresentação de saldos comparativos

As demonstrações do Banese Múltiplo, de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão de: (i) erro na contabilização da receita com convênio, celebrado pelo Banese com a Icatu Seguros e a Icatu Capitalização, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, para distribuição de produtos de previdência e capitalização; (ii) erro na segregação entre circulante e realizável a longo prazo das operações de crédito.

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

t.1) Balanço Patrimonial

	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2017
	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações de Crédito - Circulante	1.219.076	(294.100)	924.976
Operações de Crédito	1.261.605	(294.100)	967.505
- Setor Privado	1.261.605	(294.100)	967.505
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.529)	-	(42.529)
Operações de Crédito – Realizável a Longo Prazo	783.590	294.100	1.077.690
Operações de Crédito	831.711	294.100	1.125.811
- Setor Privado	831.711	294.100	1.125.811
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(48.121)	-	(48.121)
Outros Créditos - Circulante	270.362	4.141	274.503
Diversos	269.705	4.141	273.846
Resultado de Exercícios Futuros	70	12.150	12.220
Patrimônio Líquido	369.075	(8.009)	361.066
Reservas de Lucros	148.490	(8.009)	140.481



t.2) Demonstração do Resultado

	<u>31.12.2017</u> <u>Original</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Ajuste</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Reapresentado</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(223.032)	(12.150)	(235.182)
Outras Receitas Operacionais	41.036	(12.150)	28.886
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO	(61.659)	4.141	(57.518)
Provisão para Imposto de Renda	(31.231)	2.154	(29.077)
Provisão para Contribuição Social	(26.374)	1.987	(24.387)
LUCRO LÍQUIDO	93.661	(8.009)	85.652

t.3) Demonstração dos Valores Adicionados

	<u>31.12.2017</u> <u>Original</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Ajuste</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Reapresentado</u>
Outras receitas/despesas operacionais	8.658	(12.150)	(3.492)
Imposto de renda e contribuição social	57.605	(4.141)	53.464
(Prejuízo)/Lucro Retido	66.712	(8.009)	58.703

t.4) Demonstração do Fluxo de Caixa

	<u>31.12.2017</u> <u>Original</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Ajuste</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Reapresentado</u>
Lucro Líquido	93.661	(8.009)	85.652
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	51	12.150	12.201
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	3.950	(4.141)	(191)

t.5) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Lucro Líquido em 31.12.2017 – originalmente apresentado	93.661
Ajustes identificados em 2018 relacionados a 2017	(8.009)
Lucro Líquido Reapresentado em 31.12.2017	85.652

As demonstrações consolidadas, de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão de: (i) mudança de plano contábil, por parte da empresa controlada, passando a utilizar a partir de 2018 o plano contábil de instituições de pagamento; (ii) erro na segregação entre circulante e realizável a longo prazo das operações de crédito do Banese Múltiplo; (iii) erro na segregação entre circulante e realizável a longo prazo do crédito tributário e do depósito judicial da SEAC.

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

t.6) Balanço Patrimonial

	31.12.2017 Original	31.12.2017 Ajuste	31.12.2017 Reapresentado
Operações de Crédito - Circulante	1.220.476	(295.500)	924.976
Operações de Crédito	1.298.315	(330.810)	967.505
- Setor Privado	1.298.315	(330.810)	967.505
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77.839)	35.310	(42.529)
Operações de Crédito – Realizável a Longo Prazo	783.590	294.100	1.077.690
Operações de Crédito	831.711	294.100	1.125.811
- Setor Privado	831.711	294.100	1.125.811
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(48.121)	-	(48.121)
Outros Créditos - Circulante	446.511	(62.182)	384.329
Rendas a receber	6.724	-	6.724
Diversos	442.692	(26.872)	415.820
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.905)	1.788	(1.117)
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento	-	(37.098)	(37.098)
Outros Créditos – Realizável a Longo Prazo	181.958	67.723	249.681
Diversos			
Resultado de Exercícios Futuros	70	12.150	12.220
Patrimônio Líquido	387.562	(8.009)	379.553
Reservas de Lucros	148.490	(8.009)	140.481

t.7) Demonstração do Resultado

	31.12.2017 Original	31.12.2017 Ajuste	31.12.2017 Reapresentado
RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	696.958	(5.890)	691.068
Operações de Crédito	517.042	(5.890)	511.152
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(182.197)	16.234	(165.963)
Outras Receitas Operacionais	133.243	16.234	149.477
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	25.087	(22.494)	2.593
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO	(76.287)	4.141	(72.146)
Provisão para Imposto de Renda	(36.690)	2.154	(34.536)
Provisão para Contribuição Social	(30.869)	1.987	(28.882)
LUCRO LÍQUIDO	93.661	(8.009)	85.652



t.8) Demonstração dos Valores Adicionados

	<u>31.12.2017</u> <u>Original</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Ajuste</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Reapresentado</u>
Receita da Intermediação Financeira	696.958	(5.890)	691.068
Outras Receitas/Despesas Operacionais	85.436	16.234	101.670
Imposto de renda e contribuição social	67.559	(4.141)	63.418
Resultado Não Operacional	25.087	(22.494)	2.593
(Prejuízo)/Lucro Retido	66.712	(8.009)	58.703

t.9) Demonstração do Fluxo de Caixa

	<u>31.12.2017</u> <u>Original</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Ajuste</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Reapresentado</u>
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(195.018)	5.541	(189.477)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(70.074)	(5.541)	(75.615)

t.10) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Lucro Líquido em 31.12.2017 - Originalmente apresentado	93.661
Ajustes Identificados em 2018 relacionados a 2017	(8.009)
Lucro Líquido Reapresentado em 21.12.2017	85.652

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>Banese Múltiplo</u>		<u>Banese Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Disponibilidades	89.852	89.935	89.943	89.937
Disponibilidade em moeda nacional	89.852	89.935	89.943	89.937
Equivalente de caixa (1)	740.388	400.003	740.388	400.003
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	584.993	389.995	584.993	389.995
Aplicações em depósitos interfinanceiros	155.395	10.008	155.395	10.008
Total	830.240	489.938	830.331	489.940

(1) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>Banese Múltiplo e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Aplicações no Mercado Aberto	584.993	389.995
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	154.994	71.178
Letras do Tesouro Nacional – LTN	164.560	133.818
Notas do Tesouro Nacional – NTN	265.439	184.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	414.060	278.762
Depósitos Interfinanceiros – Pós	321.482	108.569
Depósitos Interfinanceiros – Pré Rural	92.578	170.193
Total	999.053	668.757



6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários tem a seguinte composição:

a. Títulos e valores mobiliários

a.1 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza e faixas de vencimentos:

Banese Múltiplo

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL	
							31.12.2018	31.12.2017
Para negociação	101.892	121.658	7.105	316.163	441.956	94.751	1.083.525	998.830
Letras Financeiras do Tesouro	-	89.912	-	316.163	441.956	94.751	942.782	932.497
Certificado de Depósito Bancário (1)	-	31.746	7.105	-	-	-	38.851	38.357
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.3)	44.634	-	-	-	-	-	44.634	27.973
Fundos abertos multimercado	10.059	-	-	-	-	-	10.059	3
Fundos de renda fixa	47.199	-	-	-	-	-	47.199	-
Mantidos até o vencimento	-	29.568	-	-	-	24.422	53.990	191.020
Letras de Crédito Imobiliário (LCI) (2)	-	29.568	-	-	-	-	29.568	163.578
CVS (3)	-	-	-	-	-	24.422	24.422	27.442
Total de TVM	101.892	151.226	7.105	316.163	441.956	119.173	1.137.515	1.189.850
Ativo circulante							1.113.093	1.162.408
Ativo realizável a longo prazo							24.422	27.442

(1) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.

(2) Título emitido pelo ABC Brasil S/A e CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL).

(3) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

Banese Consolidado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL	
							31.12.2018	31.12.2017
Para negociação	111.985	121.658	7.105	316.163	441.956	94.751	1.093.618	998.830
Letras Financeiras do Tesouro	-	89.912	-	316.163	441.956	94.751	942.782	932.497
Certificado de Depósito Bancário (1)	-	31.746	7.105	-	-	-	38.851	38.357
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.3)	54.727	-	-	-	-	-	54.727	27.973
Fundos abertos multimercado	10.059	-	-	-	-	-	10.059	3
Fundos de renda fixa	47.199	-	-	-	-	-	47.199	-
Mantidos até o vencimento	-	29.568	-	-	-	24.422	53.990	191.020
Letras de Crédito Imobiliário (LCI) (2)	-	29.568	-	-	-	-	29.568	163.578
CVS (3)	-	-	-	-	-	24.422	24.422	27.442
Total de TVM	111.985	151.226	7.105	316.163	441.956	119.173	1.147.608	1.189.850
Ativo circulante							1.123.186	1.162.408
Ativo realizável a longo prazo							24.422	27.442

(1) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.

(2) Título emitido pelo ABC Brasil S/A e CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL).

(3) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

a.2 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:
Banese Múltiplo

	31.12.2018				31.12.2017			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	1.083.244	1.083.525	281	1.083.525	998.312	998.830	518	998.830
Letras Financeiras do Tesouro	894.057	894.340	283	894.340	864.203	864.729	526	864.729
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (1)	48.444	48.442	(2)	48.442	67.776	67.768	(8)	67.768
Certificado de Depósito Bancário	38.851	38.851	-	38.851	38.357	38.357	-	38.357
Fundos exclusivos multimercado (NOTA a.3)	44.634	44.634	-	44.634	27.973	27.973	-	27.973
Fundos abertos multimercado	10.059	10.059	-	10.059	3	3	-	3
Fundos de renda fixa	47.199	47.199	-	47.199	-	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	53.990	52.738	(1.252)	53.990	191.020	187.994	(3.026)	191.020
LCI – Letras de Créditos Imobiliários	29.568	29.568	-	29.568	163.578	163.478	(100)	163.578
CVS - Títulos do FCVS (2)	24.422	23.170	(1.252)	24.422	27.442	24.516	(2.926)	27.442
Total	1.137.234	1.136.263	(971)	1.137.515	1.189.332	1.186.824	(2.508)	1.189.850

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

(2) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

Banese Consolidado

	31.12.2018				31.12.2017			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	1.093.337	1.093.618	281	1.093.618	998.312	998.830	518	998.830
Letras Financeiras do Tesouro	894.057	894.340	283	894.340	864.203	864.729	526	864.729
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra	48.444	48.442	(2)	48.442	67.776	67.768	(8)	67.768
Certificado de Depósito Bancário	38.851	38.851	-	38.851	38.357	38.357	-	38.357
Fundos exclusivos multimercado	54.727	54.727	-	54.727	27.973	27.973	-	27.973
Fundos abertos multimercado	10.059	10.059	-	10.059	3	3	-	3
Fundos de renda fixa	47.199	47.199	-	47.199	-	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	53.990	52.738	(1.252)	53.990	191.020	187.994	(3.026)	191.020
LCI – Letras de Créditos Imobiliários	29.568	29.568	-	29.568	163.578	163.478	(100)	163.578
CVS - Títulos do FCVS	24.422	23.170	(1.252)	24.422	27.442	24.516	(2.926)	27.442
Total	1.147.327	1.146.356	(971)	1.147.608	1.189.332	1.186.824	(2.508)	1.189.850

O Banese declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Para os títulos nesta categoria, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não está registrado na contabilidade.

Não houve reclassificação entre as categorias de títulos durante o período.



a.3 Banese Múltiplo e Banese Consolidado - Composição dos fundos exclusivos:

Banese Múltiplo

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL	
							31.12.2018	31.12.2017
Títulos públicos	-	16.945	-	15.727	2.943	5.156	40.771	18.848
Letras Financeiras do Tesouro	-	16.945	-	15.727	2.943	-	35.615	10.100
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	8.748
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	5.156	5.156	-
Títulos privados	4.177	-	-	131	-	-	4.308	9.861
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	-	-	1.553
Certificado de Crédito Bancário	-	-	-	131	-	-	131	131
Debênture	-	-	-	-	-	-	-	2.726
Nota Promissória	-	-	-	-	-	-	-	1.054
Cota de fundo de investimento multimercado	4.177	-	-	-	-	-	4.177	4.397
Caixa	11	-	-	-	-	-	11	13
Outras Obrigações	(275)	(23)	(11)	(147)	-	-	(456)	(749)
Valores a pagar/receber	-	(23)	(11)	(16)	-	-	(50)	(32)
Provisões	(275)	-	-	(131)	-	-	(406)	(717)
Total	3.913	16.922	(11)	15.711	2.943	5.156	44.634	27.973

Banese Consolidado

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL	
							31.12.2018	31.12.2017
Títulos públicos	-	16.945	-	15.727	2.943	6.162	41.777	18.848
Letras Financeiras do Tesouro	-	16.945	-	15.727	2.943	1.006	36.621	10.100
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	8.748
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	5.156	5.156	-
Títulos privados	9.120	2.425	613	131	-	-	12.289	9.861
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	-	-	1.553
Certificado de Crédito Bancário	-	-	-	131	-	-	131	131
Debênture	-	-	-	-	-	-	-	2.726
Nota Promissória	-	-	-	-	-	-	-	1.054
Cota de fundo de investimento multimercado	9.120	-	-	-	-	-	9.120	4.397
Direitos Creditórios a receber	-	2.425	613	-	-	-	3.038	-
Caixa	1.275	-	-	-	-	-	1.275	13
Outras Obrigações	(275)	(181)	(11)	(147)	-	-	(614)	(749)
Valores a pagar/receber	-	(181)	(11)	(16)	-	-	(208)	(32)
Provisões	(275)	-	-	(131)	-	-	(406)	(717)
Total	10.120	19.189	602	15.711	2.943	6.162	54.727	27.973

As aplicações em cotas de fundos de investimento classificadas como títulos para negociação, estão sendo apresentadas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras por vencimento.



b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Rendas de aplicações em operações compromissadas	35.120	57.704	35.120	57.704
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	18.231	21.037	18.231	21.037
Rendas de títulos de renda fixa	67.795	80.254	67.795	80.254
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	3.728	2.327	3.733	2.327
Prejuízos com títulos de renda fixa	(126)	(3)	(126)	(3)
Ajuste positivo ao valor de mercado	163	1.091	163	1.091
Ajuste negativo ao valor de mercado	(401)	(227)	(401)	(227)
Total	124.510	162.183	124.515	162.183

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão compostas por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, por créditos vinculados representados por cumprimentos das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros recursos, por créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH e por correspondentes, conforme demonstrados a seguir:

a. Relações interfinanceiras

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Compulsório sobre depósitos à vista (1)	38.235	96.677
Compulsório sobre depósitos de poupança (2)	274.991	198.892
Créditos junto ao FCVS (3)	42.918	41.356
Provisão para perda de créditos junto ao FCVS (3)	(14.982)	(14.534)
BACEN - outros depósitos	5.882	36.401
Bancos oficiais	69	298
Direitos junto participação sistema de liquidação	2.300	546
Relações com Correspondentes	10.126	-
Total	359.539	359.636
Ativo circulante	331.604	332.814
Ativo realizável a longo prazo	27.935	26.822

(1) Não remunerado;

(2) Remunerado pela mesma taxa da poupança. Conforme Circular BACEN 3.890/2018 a exigibilidade de encaixe obrigatório para cada modalidade de poupança é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo;

(3) Remunerado conforme a origem dos recursos (TR + 6,17% para poupança e TR + 3,12% para FGTS) e registrados pelo valor nominal atualizado pelos respectivos rendimentos até a data do balanço;

Corresponde a R\$ 14.194 (R\$ 13.531 – 31.12.2017) contratos validados pelo FCVS, R\$ 27.483 (R\$ 26.602 – 31.12.2017) contratos em processo de validação e R\$ 1.241 (R\$ 1.223 – 31.12.2017) contratos negados pelo FCVS. O Banco constituiu provisão de 100% para os contratos negados e 50% para os contratos em validação. Na avaliação da Administração a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

b. Resultado das aplicações compulsórias

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Atualização monetária e juros sobre créditos vinculados ao SFH	1.561	1.650
Reversão de provisão de créditos vinculados ao SFH	-	4.890
Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios	13.332	11.955
Valorização / Desvalorização de créditos vinculados	(447)	(762)
Total	14.446	17.733



8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição por tipo de operação

	Banese Múltiplo	
	31.12.2018	31.12.2017 Reapresentado (Nota 3t)
Adiantamentos a depositantes	245	323
Empréstimos	1.627.127	1.551.012
Títulos descontados	376	2.796
Financiamentos	62.845	65.792
Financiamentos rurais e agroindustriais	72.181	59.016
Financiamentos imobiliários	383.127	414.377
Subtotal de Operações de Crédito	2.145.901	2.093.316
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9) (1)	204.396	188.704
Total Geral	2.350.297	2.282.020
Ativo circulante	921.362	1.156.209
Ativo realizável a longo prazo	1.428.935	1.125.811

(1) Nos anos de 2016 e 2017 foram efetivadas duas operações de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 165 milhões.

	Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017 Reapresentado (Nota 3t)
Adiantamentos a depositantes	245	323
Empréstimos	1.627.127	1.551.012
Títulos descontados	376	2.796
Financiamentos	62.845	65.792
Financiamentos rurais e agroindustriais	72.181	59.016
Financiamentos imobiliários	383.127	414.377
Subtotal de Operações de Crédito	2.145.901	2.093.316
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9) (1)	204.396	188.704
Valores a receber por transações de pagamento (Nota 9)	167.557	116.311
Total Geral	2.517.854	2.398.331
Ativo circulante	1.088.919	1.566.620
Ativo realizável a longo prazo	1.428.935	831.711

(1) Nos anos de 2016 e 2017 foram efetivadas duas operações de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 165 milhões.

b. Composição por níveis de risco

Banese Múltiplo											
Nível de Risco	Crédito Normal	31.12.2018			31.12.2017			Total da Carteira	Valor da Provisão	Total da Carteira	Valor da Provisão
		Crédito (1)		Total da Carteira	Crédito (1)		Total da Carteira				
		A vencer	Vencido			A vencer	Vencido				
AA	413.954	-	-	413.954	-	495.233	-	495.233	-	495.233	-
A	1.003.124	-	-	1.003.124	5.016	933.382	-	933.382	4.667	933.382	4.667
B	515.220	49.745	4.066	569.031	5.690	495.433	26.625	525.520	5.255	525.520	5.255
C	202.342	25.688	2.106	230.136	6.904	146.398	18.100	166.649	4.999	166.649	4.999
D	42.892	7.350	1.118	51.360	5.136	46.746	11.906	60.393	6.039	60.393	6.039
E	14.779	4.839	1.100	20.718	6.215	14.074	4.623	19.747	5.924	19.747	5.924
F	1.395	3.543	808	5.746	2.873	1.297	15.292	17.686	8.843	17.686	8.843
G	17.413	5.091	1.512	24.016	16.811	14.890	7.530	24.566	17.196	24.566	17.196
H	8.366	17.098	6.748	32.212	32.212	8.777	22.100	38.844	38.844	38.844	38.844
Total	2.219.485	113.354	17.458	2.350.297	80.857	2.156.230	106.176	2.282.020	91.767	2.282.020	91.767

(1) Créditos vencidos até 14 dias.

Banese Consolidado											
Nível de Risco	Crédito Normal	31.12.2018			31.12.2017 – Reapresentado (Nota 3t)			Total da Carteira	Valor da Provisão	Total da Carteira	Valor da Provisão
		Crédito (1)		Total da Carteira	Crédito (1)		Total da Carteira				
		A vencer	Vencido			A vencer	Vencido				
AA	413.954	-	-	413.954	-	513.316	-	513.316	-	513.316	-
A	1.124.873	-	-	1.124.873	5.685	951.126	-	951.126	4.755	951.126	4.755
B	522.874	49.745	4.066	576.685	5.806	507.951	26.625	538.038	5.380	538.038	5.380
C	207.905	25.688	2.106	235.699	7.183	159.042	18.100	179.293	5.379	179.293	5.379
D	48.253	7.350	1.118	56.721	6.044	58.050	11.906	71.697	7.170	71.697	7.170
E	17.776	4.839	1.100	23.715	8.126	22.387	4.623	28.060	8.418	28.060	8.418
F	2.415	3.543	808	6.766	4.411	4.756	15.292	21.145	10.572	21.145	10.572
G	18.376	5.091	1.512	24.979	18.886	18.541	7.530	28.217	19.752	28.217	19.752
H	30.616	17.098	6.748	54.462	56.729	37.372	22.100	67.439	67.439	67.439	67.439
Total	2.387.042	113.354	17.458	2.517.854	112.870	2.272.541	106.176	2.398.331	128.865	2.398.331	128.865

(1) Créditos vencidos até 14 dias.

c. Composição da carteira classificada

Banese Múltiplo 31.12.2018								
Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros	Créditos	Valor da Provisão
AA	413.954	413.954	-	-	-	-	-	-
A	1.003.124	393.647	14.511	39.865	354.094	201.007	5.016	5.016
B	569.031	522.244	16.324	7.038	21.466	1.959	5.690	5.690
C	230.136	212.704	5.433	7.475	3.822	702	6.904	6.904
D	51.360	23.146	25.705	1.130	934	445	5.136	5.136
E	20.718	18.452	-	1.800	281	185	6.215	6.215
F	5.746	4.808	-	269	633	36	2.873	2.873
G	24.016	12.534	855	10.583	16	28	16.811	16.811
H	32.212	26.259	17	4.021	1.881	34	32.212	32.212
Total	2.350.297	1.627.748	62.845	72.181	383.127	204.396	80.857	80.857

Banese Múltiplo 31.12.2017								
Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros	Créditos	Valor da Provisão
Total	2.282.020	1.554.131	65.792	59.016	414.377	188.704	91.767	91.767

Banese Consolidado – 31.12.2018								
Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros	Créditos	Valor da Provisão
AA	413.954	413.954	-	-	-	-	-	-
A	1.124.873	393.647	14.511	39.865	354.094	322.756	5.685	5.685
B	576.685	522.244	16.324	7.038	21.466	9.613	5.806	5.806
C	235.699	212.704	5.433	7.475	3.822	6.265	7.183	7.183
D	56.721	23.146	25.705	1.130	934	5.806	6.044	6.044
E	23.715	18.452	-	1.800	281	3.182	8.126	8.126
F	6.766	4.808	-	269	633	1.056	4.411	4.411
G	24.979	12.534	855	10.583	16	991	18.886	18.886
H	54.462	26.259	17	4.021	1.881	22.284	56.729	56.729
Total	2.517.854	1.627.748	62.845	72.181	383.127	371.953	112.870	112.870

Banese Consolidado 31.12.2017								
Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros	Créditos	Valor da Provisão
Total	2.398.331	1.590.841	65.792	59.016	414.377	268.305	128.865	128.865



d. Composição por faixa de vencimento e nível de risco

Banese Múltiplo 31.12.2018										
Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Parcelas Vencidas	-	-	4.065	2.106	1.118	1.100	809	1.512	6.748	17.458
A Vencer Até 30 dias	29.240	85.515	35.215	11.035	3.805	421	304	442	903	166.880
A Vencer de 31 a 60 dias	20.075	265.005	30.145	10.357	4.781	1.730	1.372	1.624	7.673	342.762
A Vencer de 61 a 90 dias	11.871	13.394	13.517	3.365	762	234	163	327	573	44.206
A Vencer de 91 a 180 dias	61.191	53.242	60.421	17.761	2.004	547	332	726	1.377	197.601
A Vencer de 181 a 360 dias	50.641	57.208	68.615	18.971	3.396	940	415	1192	2.742	204.120
A Vencer Acima de 360 dias	240.936	528.760	357.053	166.541	35.494	15.746	2.351	18.193	12.196	1.377.270
Total Geral	413.954	1.003.124	569.031	230.136	51.360	20.718	5.746	24.016	32.212	2.350.297

Banese Múltiplo 31.12.2017										
Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Total Geral	495.233	933.382	525.520	166.649	60.393	19.747	17.686	24.566	38.844	2.282.020

Banese Consolidado 31.12.2018										
Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Parcelas Vencidas	-	-	4.065	2.106	1.118	1.100	809	1.512	6.748	17.458
A Vencer Até 30 dias	29.240	207.263	42.869	14.080	6.155	3.128	802	897	3.546	307.980
A Vencer de 31 a 60 dias	20.075	265.005	30.145	12.876	5.451	2.264	1.474	1.730	9.146	348.166
A Vencer de 61 a 90 dias	11.871	13.394	13.517	3.365	3.104	329	254	401	1.790	48.025
A Vencer de 91 a 180 dias	61.191	53.242	60.421	17.761	2.004	208	662	1.054	5.133	201.676
A Vencer de 181 a 360 dias	50.641	57.208	68.615	18.971	3.396	940	415	1.192	15.904	217.282
A Vencer Acima de 360 dias	240.936	528.761	357.053	166.540	35.493	15.746	2.350	18.193	12.195	1.377.267
Total Geral	413.954	1.124.873	576.685	235.699	56.721	23.715	6.766	24.979	54.462	2.517.854

Banese Consolidado 31.12.2017										
Total Geral	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Total Geral	513.316	951.126	538.038	179.293	71.697	28.060	21.145	28.217	67.439	2.398.331

e. Carteira vencida até 14 dias

Atividade Econômica	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Rural	267	1.230
Indústria	175	713
Comércio	3.235	1.768
Outros serviços	657	3.303
Pessoas físicas	12.607	10.126
Habitação	517	2.474
Total	17.458	19.614

f. Composição da carteira por setor de atividade econômica

	Banese Múltiplo			
	31.12.2018		31.12.2017	
		%	Valor	%
Pessoas físicas	1.848.114	78,63	1.777.711	77,90
Pessoas jurídicas	175.534	7,47	155.532	6,82
Indústria	64.919	2,76	63.331	2,78
Comércio	110.615	4,71	92.201	4,04
Rural	72.181	3,07	59.043	2,59
Habitação	71.677	3,05	99.639	4,37
Outros serviços	182.791	7,78	190.095	8,33
Total	2.350.297	100,00	2.282.020	100,00

Descrição	Banese Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	2.015.671	80,06	1.894.021	78,97
Pessoas jurídicas	175.534	6,97	155.532	6,49
Indústria	64.919	2,58	63.331	2,64
Comércio	110.615	4,39	92.201	3,85
Rural	72.181	2,87	59.044	2,46
Habitação	71.677	2,85	99.639	4,15
Outros serviços	182.791	7,25	190.095	7,93
Total	2.517.854	100,00	2.398.331	100,00

g. Concentração de crédito

	Banese Múltiplo					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão
10 maiores devedores	163.944	6,98	15.378	165.660	7,26	20.223
11 a 60 maiores devedores	177.215	7,54	11.278	202.546	8,88	14.843
61 a 160 maiores devedores	78.986	3,36	5.702	82.170	3,60	8.124
Demais clientes	1.930.152	82,12	48.499	1.831.644	80,26	48.577
Total	2.350.297	100,00	80.857	2.282.020	100,00	91.767

	Banese Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão
10 maiores devedores	163.944	6,51	15.378	165.660	6,91	20.223
11 a 60 maiores devedores	177.215	7,04	11.278	202.546	8,45	14.843
61 a 160 maiores devedores	78.986	3,14	5.702	82.170	3,43	8.124
Demais clientes	2.097.709	83,31	80.512	1.947.955	81,21	85.675
Total	2.517.854	100,00	112.870	2.398.331	100,00	128.865

h. Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017 Reapresenta- do (Nota 3t)
Saldo inicial da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	90.650	101.605	90.650	101.605
(+) Constituição de provisão líquida no período	45.761	48.066	45.761	48.066
(-) Baixas de operações de crédito no período	(56.771)	(59.021)	(56.771)	(59.021)
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	79.640	90.650	79.640	90.650
Saldo inicial da provisão de outros créditos com característica de concessão	1.117	851	1.117	851
(+) Constituição de provisão líquida no período	4.135	2.783	4.135	2.783
(-) Baixas de operações de crédito no período	(4.035)	(2.517)	(4.035)	(2.517)
Saldo final da provisão de outros créditos com característica de concessão	1.217	1.117	1.217	1.117
Saldo inicial da provisão sobre transações de pagamento	-	-	37.098	39.622
(+) Constituição de provisão líquida no período	-	-	28.291	33.575
(-) Baixas de operações de crédito no período	-	-	(33.376)	(36.099)
Saldo final da provisão sobre transações de pagamento (Nota 9)	-	-	32.013	37.098
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa, outros créditos com característica de concessão e transações de pagamento	80.857	91.767	112.870	128.865
Ativo circulante	35.048	43.646	67.061	80.744
Ativo realizável a longo prazo	45.809	48.121	45.809	48.121

i. Montante de operações renegociadas e recuperadas

	Banese Múltiplo	
	31.12.2018	31.12.2017
Dívidas renegociadas	41.797	83.083
Recuperação de créditos	27.497	36.828
Total	69.294	119.911

j. Rendas de operações de crédito

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017 Reapresenta- do (Nota 3t)
Empréstimos	423.156	433.870	417.921	419.754
Títulos descontados	155	2.189	155	2.189
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	27.497	36.828	27.497	36.828
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	42.336	46.194	42.336	46.194
Financiamentos rurais	6.542	6.001	6.542	6.001
Outros financiamentos	248	186	248	186
Total	499.934	525.268	494.699	511.152



9. OUTROS CRÉDITOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
		Reapresenta- do (Nota 3t)		Reapresenta- do (Nota 3t)
Rendas a receber	5.691	1.774	10.405	6.724
Serviços prestados a receber	5.688	1.769	9.895	6.518
Outras rendas a receber	3	5	510	206
Diversos	454.024	454.687	666.456	627.286
Crédito tributário - diferenças temporárias (Nota 23 b)	78.261	92.730	83.470	115.406
Crédito tributário – prejuízo fiscal/base negativa CSLL	-	-	26.325	21.497
Devedores por depósitos em garantia (Nota 9.1)	117.718	111.119	149.911	141.868
Impostos e contribuições a compensar (Nota 9.2)	7.542	11.583	19.373	25.641
Adiantamentos e antecipações	1.549	1.263	1.712	1.450
Pagamentos a ressarcir	2.687	3.259	2.687	3.259
Devedores diversos	5.163	4.863	6.184	4.890
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	35.984	42.283	36.307	42.531
Valores a receber de sociedades ligadas	1.941	-	1.941	-
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito (Nota 8a)	204.396	188.704	204.396	188.704
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	-	-	-	3.944
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa com característica de concessão de crédito (1)	(1.217)	(1.117)	(1.217)	(1.117)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem característica de concessão de crédito (1)	-	-	(177)	-
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8a)	-	-	167.557	116.311
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8h)	-	-	(32.013)	(37.098)
Total	459.715	456.461	676.861	634.010
Ativo circulante	265.674	274.503	426.046	384.329
Ativo realizável a longo prazo	194.041	181.958	250.815	249.681

(1) Provisão sobre títulos e créditos a receber da SEAC.

9.1 Devedores por depósito em garantia

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Interposição de recursos previdenciários (1)	36.976	36.469	36.976	36.469
Interposição de recursos fiscais - Receita Federal (2)	40.828	39.362	72.270	69.466
Interposição de recursos municipais (3)	14.375	10.466	14.375	10.466
Interposição de recursos trabalhistas (4)	18.145	17.844	18.772	18.190
Interposição de recursos cíveis	7.394	6.978	7.518	7.277
Total	117.718	111.119	149.911	141.868

(1) Depósitos para interposição de recursos previdenciários os quais pretendem a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição;

(2) Depósitos para interposição de recursos fiscais decorrentes do alargamento da base de cálculo do Pis e Cofins – Lei nº 9.718/98;

(3) Depósitos para interposição de recursos fiscais municipais, onde alguns municípios pretendem o alargamento da base de cálculo do ISS, incluindo todas as receitas operacionais;

(4) Depósitos para interposição de recursos trabalhistas decorrente de ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais.



9.2 Impostos e contribuições a compensar

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado		Reapresentado	
	(Nota 3t)		(Nota 3t)	
COFINS - Lei nº 9.718/1998 (1)	3.213	3.213	3.213	3.213
CSLL (repetição de indébito ano 1989) (2)	8.779	8.779	8.779	8.779
PIS - Decretos nºs 2.445/1988 e 2.449/1988 (2)	13.070	13.070	13.070	13.070
Provisão PIS – Decretos / CSLL / COFINS (-) (3)	(17.520)	(17.620)	(17.547)	(17.620)
IRRF	-	-	178	131
IRPJ	-	2.154	9.423	14.159
CSLL	-	1.987	1.822	3.715
Outros impostos	-	-	408	194
Total	7.542	11.583	19.373	25.641

(1) COFINS - crédito decorrente do alargamento da base de cálculo introduzida pela Lei 9.718/1998, art. 3º, parágrafo 1º, declarado inconstitucional pelo STF.

(2) CSLL e PIS - Processos judiciais transitados em julgado com sentença favorável ao Banco, aguardando execução de sentença.

(3) Provisão constituída para créditos fiscaís do PIS – Decretos, CSLL e COFINS referente as parcelas em discussão sobre os cálculos periciais e julgamento de recurso de apelação em andamento.

10. OUTROS VALORES E BENS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Bens não de uso (1)	32.636	28.199	32.636	28.199
Material em estoque	1.148	1.101	1.402	1.383
Outros bens (2)	2.687	2.306	2.687	2.306
Despesas antecipadas	5.827	1.536	6.317	2.036
Provisão para desvalorização	(2.758)	(2.373)	(2.758)	(2.373)
Total	39.540	30.769	40.284	31.551
Ativo circulante	5.370	1.662	6.114	2.444
Ativo realizável a longo prazo	34.170	29.107	34.170	29.107

(1) Os bens não alienados no prazo regulamentar ou com pendências judiciais são registrados no ativo e a provisão é constituída com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Para este grupo de contas a provisão no Banese Múltiplo e Consolidado em 31.12.2018 - R\$ 115 (R\$ 117 – 31.12.2017).

(2) Para os bens dados em comodato é constituída provisão correspondente a 100% do valor contábil do bem no Banese Múltiplo e Consolidado em 31.12.2018 - R\$ 2.643 (R\$ 2.256 – 31.12.2017).



11. INVESTIMENTOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Participações de capitais p/incentivos fiscais	91	91	91	91
Outros investimentos p/incentivos fiscais	332	332	332	332
Provisão para perdas investimentos p/incentivos fiscais	(423)	(423)	(423)	(423)
Títulos patrimoniais - Anbima	6	6	6	6
Participação em coligadas e controladas (1)	27.127	973	-	-
Outros investimentos	25	25	25	25
Provisão para perdas em outros investimentos	(25)	(25)	(25)	(25)
Total	27.133	979	6	6

(1) Em 31.08.2018, a participação do Banco na SEAC passou de 5% para 49,75%, através do aporte de capital no montante de R\$ 22.000, aprovados pelos órgãos da Administração e BACEN.

	Participação %	PL em 31.12.2017	Saldo do Investimento em 31.12.2017	Lucro de 01.01.2018 a 31.12.2018	Aporte de Capital de 01.01.2018 a 31.12.2018	PL em 31.12.2018	Equivalência patrimonial 01.01.2018 a 31.12.2018	Saldo do Investimento 31.12.2018
SEAC	49,75%	19.460	973	13.068	22.000	54.528	4.154	27.127

a) Movimentação da Equivalência Patrimonial

(+) patrimônio líquido da SEAC em 31.12.2017	19.460
(+) resultado de 01.01.2018 a 31.07.2018	9.427
(x) participação de 5%	1.444
(-) saldo de participação de coligadas e controladas em 31.12.2017	(973)
(=) resultado com equivalência patrimonial até 31.07.2018 (a)	471
(+) patrimônio líquido da SEAC ajustado após o aporte em 31.08.2018	41.459
(+) resultado de 01.01.2018 a 31.12.2018	13.068
(x) participação de 49,75%	27.127
(-) saldo de participação de coligadas e controladas após aporte em 31.08.2018	(23.444)
(=) resultado com equivalência patrimonial de 01.08.2018 a 31.12.2018 (b)	3.683
(a)+(b) = resultado com equivalência patrimonial de 01.01.2018 a 31.12.2018	4.154

Em 31.08.2018 foi realizado o aporte de capital na SEAC no montante de R\$ 22.000, aprovados pelos órgãos da Administração e BACEN. Foram emitidas 178.137 cotas sendo todas adquiridas pelo Banco, passando a ter uma participação de 49,75% na controlada.

12. IMOBILIZADO DE USO

a) Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Edificações e terrenos	8.033	8.644	19.571	20.974
Móveis, máquinas e equipamentos	20.185	21.237	22.508	32.080
Outras imobilizações (1)	24.997	24.740	38.569	25.564
Total	53.215	54.621	80.648	78.618

(1) Representado principalmente por imobilização em curso, equipamentos de comunicação, processamento de dados, segurança, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros.



b) Demonstração do custo de aquisição
Banese Múltiplo

	Valor líquido		Baixas	Transfe- rências	Depreciação	Valor líquido		Taxa anual
	31.12.2017	Aquisições				31.12.2018		
Imóveis de uso:								
- Imobilização em curso	521	1.714	-	-	-	2.235	-	
- Terrenos	5.088	-	(88)	-	-	5.000	-	
- Edificações	3.555	-	(219)	-	(303)	3.033	4%	
- Instalação e adaptação de dependências	7.009	77	(4)	-	(2.321)	4.761	20%	
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.740	169	-	1	(2.330)	1.580	20%	
Móveis e equipamentos em estoque	14.352	8.376	-	(9.644)	-	13.084	-	
Móveis e equipamentos de uso	6.885	-	(197)	1.648	(1.235)	7.101	10%	
Sistema de comunicação	274	2	(16)	10	(5)	265	20%	
Sistema de processamento de dados	11.504	-	104	7.592	(4.515)	14.685	20%	
Sistema de segurança	1.693	-	(1)	90	(311)	1.471	20%	
Total	54.621	10.338	(421)	(303)	(11.020)	53.215		

Banese Consolidado

	Valor líquido		Baixas	Transfe- rências	Depreciação	Valor líquido		Taxa anual
	31.12.2017	Aquisições				31.12.2018		
Imóveis de uso:								
- Imobilização em curso	705	3.407	(127)	-	-	3.985	-	
- Terrenos	14.021	-	(88)	-	-	13.933	-	
- Edificações	6.269	-	(219)	-	(412)	5.638	4%	
- Instalação e adaptação de dependências	7.009	77	(4)	-	(2.321)	4.761	20%	
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.239	353	(6)	1	(2.488)	2.099	20%	
Móveis e equipamentos em estoque	14.352	8.376	-	(9.644)	-	13.084	-	
Móveis e equipamentos de uso	9.177	466	(374)	1.504	(1.565)	9.208	10%	
Móveis e equipamentos de uso em comodato	173	-	-	145	(102)	216	10%	
Equipamentos arrendados	8.377	3.391	-	-	(1.503)	10.265	-	
Sistema de comunicação	274	2	(16)	10	(5)	265	20%	
Sistema de processamento de dados	12.172	535	(465)	7.591	(4.214)	15.619	20%	
Sistema de segurança	1.845	9	(1)	90	(368)	1.575	20%	
Veículos	5	-	-	-	(5)	-	20%	
Total	78.618	16.616	(1.300)	(303)	(12.983)	80.648		

13. INTANGÍVEL

a) Composição dos saldos

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Outros ativos intangíveis (1)	60.707	59.222	65.045	62.794
Amortização acumulada	(45.683)	(39.970)	(48.639)	(42.887)
Total	15.024	19.252	16.406	19.907

(1) São compostos por softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas. São amortizados pelo prazo estimado de benefício econômico à taxa de 20% a.a.



b) Demonstração do custo de aquisição
Banese Múltiplo

	31.12.2017	Aplicação	Valor residual		Taxa anual
			Amortização	31.12.2018	
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	19.252	1.484	(5.712)	15.024	20%
Total	19.252	1.484	(5.712)	15.024	

Banese Consolidado

	31.12.2017	Aplicação	Valor residual		Taxa anual
			Amortização	31.12.2018	
Intangível:					
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	19.907	2.251	(5.752)	16.406	20%
Total	19.907	2.251	(5.752)	16.406	

14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Composição por modalidade

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos à vista (Nota 14b)	726.174	610.661	712.955	592.406
Depósitos pessoas físicas	368.219	325.132	368.219	325.132
Depósitos pessoas jurídicas	224.986	193.611	211.767	175.356
Depósitos de governos	123.699	87.542	123.699	87.542
Depósitos vinculados	7.280	2.745	7.280	2.745
Outros valores	1.990	1.631	1.990	1.631
Depósitos de poupança (Nota 14b)	1.384.752	1.247.429	1.384.752	1.247.429
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	1.325.544	1.187.623	1.325.544	1.187.623
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	58.692	59.287	58.692	59.287
Depósitos de poupança de ligadas	516	519	516	519
Depósitos interfinanceiros (Nota 14b)	162.486	155.881	162.486	155.881
Depósitos judiciais (Nota 14b)	983.589	866.032	983.589	866.032
Depósitos à prazo (Nota 14b)	1.007.241	1.045.624	956.674	1.001.729
Depósitos especiais com remuneração (Nota 14b)	218	199	218	199
Outros depósitos (Nota 14b)	-	-	999	964
Captações no mercado aberto	48.406	67.738	48.406	67.738
Recursos de aceites e emissão de títulos	98.821	76.563	98.821	76.563
Letras financeiras (Nota 14 a.1)	50.483	40.312	50.483	40.312
Letras de crédito imobiliário	48.338	36.251	48.338	36.251
Obrigações por repasses do país – BNDES (Nota 14c)	5.611	12.029	5.611	12.029
Obrigações por repasses do país – FINAME (Nota 14c)	4.812	8.243	4.812	8.243
Obrigações por repasses do país – BNB (Nota 14c)	49.944	58.151	49.944	58.151
Obrigações por repasses do país – FUNGETUR (Nota 14c)	4.762	-	4.762	-
Total	4.476.816	4.148.550	4.414.029	4.087.364
Passivo circulante	3.489.260	3.076.911	3.477.039	3.059.620
Passivo exigível a longo prazo	987.556	1.071.639	936.990	1.027.744



a.1) Letras Financeiras

Papel	Banese Múltiplo e Consolidado				
	Valor de Emissão	Valor Atual em		Data de Emissão	Data de Vencimento
		31.12.2018	31.12.2017		
Letra Financeira	17.640	18.207	18.370	10.01.2017	10.01.2019
Letra Financeira	21.900	21.939	21.942	19.06.2017	19.06.2019
Letra Financeira	10.000	10.337	-	22.06.2018	22.06.2020
Total	49.540	50.483	40.312		

b) Composição de depósitos por prazos

Banese Múltiplo

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos à vista	726.174	-	-	-	726.174	610.661
Depósitos de poupança	1.384.752	-	-	-	1.384.752	1.247.429
Depósitos interfinanceiros	-	59.102	103.384	-	162.486	155.881
Depósitos judiciais	983.589	-	-	-	983.589	866.032
Depósitos a prazo (1)	-	58.368	76.433	872.440	1.007.241	1.045.624
Depósitos especiais com remuneração	-	218	-	-	218	199
Total	3.094.515	117.688	179.817	872.440	4.264.460	3.925.826

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

Banese Consolidado

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos à vista	712.955	-	-	-	712.955	592.406
Depósitos de poupança	1.384.752	-	-	-	1.384.752	1.247.429
Depósitos interfinanceiros	-	59.102	103.384	-	162.486	155.881
Depósitos judiciais	983.589	-	-	-	983.589	866.032
Depósitos a prazo (1)	-	58.367	76.434	821.873	956.674	1.002.693
Depósitos especiais com remuneração	-	218	-	-	218	199
Total	3.081.296	117.687	179.818	821.873	4.200.674	3.864.640

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

c) Composição de obrigações por repasses por prazos

Banese Múltiplo e Consolidado

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2018	31.12.2017
BNDES	899	4.370	342	5.611	12.029
FINAME	480	2.027	2.305	4.812	8.243
BNB	1.320	8.390	40.234	49.944	58.151
FUNGETUR	4.762	-	-	4.762	-
Total	7.461	14.787	42.881	65.129	78.423

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, predominantemente na modalidade de encargos pós fixados, tendo apenas uma operação na modalidade pré-fixada, correspondente a menos de 0,1% da carteira.

A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 94,94% (95,70% - 31.12.2017) da variação do CDI e os pré-fixados 99,07% - 6,36% acumulada até dezembro/2018 (99,40% - 9,89% acumulada até dezembro 2017).

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 98,70% da variação do CDI.

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNB e Ministério do Turismo/FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais até dezembro de 2028. Os encargos financeiros para as operações não-rurais pós-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2018 variam de IPCA + 0,7820% a IPCA + 3,8231% ao ano já o encargo financeiro para as operações rurais pré-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2018 foi de 5,41% a.a. (31.12.2017 – 5,30% a 11,18%) ao ano. Os encargos financeiros para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do BNDES/FINAME até 31.12.2018 variam de TLP + 4,5% a TLP + 7,5% (31.12.2017 – 6,5% a 16,71%) ao ano. Os encargos financeiros para as operações com recursos oriundos do BNDES-Automático (PROGEREN) até 31.12.2018 é uma composição de encargos pós-fixados (TJLP ou Selic) + 7,5% a 13,5% (31.12.2017 – 3,5% a 5,5%) ao ano. Os encargos financeiros para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do Ministério do Turismo/FUNGETUR até 31.12.2018 variam de INPC + 5,0% a INPC + 6,0% ao ano.

d) Despesas de captação

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos judiciais	(43.467)	(47.565)	(43.467)	(47.565)
Depósitos de poupança	(59.853)	(73.206)	(59.853)	(73.206)
Depósitos a prazo	(67.089)	(97.718)	(63.715)	(91.402)
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	(1.849)	(3.819)	(1.849)	(3.819)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(3.954)	(4.295)	(3.954)	(4.295)
Letras financeiras subordinadas - LFS	(15.860)	(14.489)	(15.860)	(14.489)
Letras financeiras – LF	(2.985)	(4.044)	(2.985)	(4.044)
Letras de crédito imobiliária - LCI	(2.542)	(2.594)	(2.542)	(2.594)
Depósitos interfinanceiros	(10.180)	(14.300)	(10.180)	(14.300)
Depósitos especiais com remuneração	(12)	(13)	(12)	(13)
Despesas com captações no mercado	(207.791)	(262.043)	(204.417)	(255.727)
Despesas de repasses BNDES	(1.247)	(2.160)	(1.247)	(2.160)
Despesas de repasses FINAME	(219)	(391)	(219)	(391)
Despesas de repasses BNB	(3.230)	(3.209)	(3.230)	(3.209)
Despesas de repasses FUNGETUR	(256)	-	(256)	-
Despesas com empréstimos e repasses	(4.952)	(5.760)	(4.952)	(5.760)
Total das despesas de captação	(212.743)	(267.803)	(209.369)	(261.487)

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.770	1.586	2.054	2.175
Outros tributos e assemelhados	1.770	1.586	2.054	2.175
Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar	609	459	609	459
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	4.281	4.589	4.794	4.589
Impostos e contribuições a recolher	72.489	66.187	76.199	75.705
Dívidas subordinadas (Nota 15 a)	158.838	146.432	158.838	146.432
Diversas	112.477	129.489	373.119	364.093
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 16 b)	15.218	15.471	17.767	17.630
Provisão para contingências cíveis (Nota 16 b)	7.372	8.154	7.856	9.261
Provisão para contingências fiscais (Nota 16 b)	22.509	21.792	29.980	29.094
- Contestação judicial constitucionalidade da Lei – PIS/COFINS	8.372	8.185	15.843	15.487
- Outras contingências fiscais - INSS	14.137	13.607	14.137	13.607
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	27	29	27	29
Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal	27.506	31.594	30.208	33.873
Provisão para pagamentos - Fornecedores	17.448	17.363	19.652	21.051
Passivo Atuarial (Nota 26)	6.426	20.755	6.426	20.755
Credores diversos – País	6.035	4.190	18.918	12.022
Recursos do FGTS para Amortizações	288	496	288	496
Credores por recursos a liberar	887	1.534	887	1.534
Obrigações por convênios oficiais	2.087	3.046	2.087	3.046
Outros valores	6.674	5.065	6.674	5.065
Obrigações por transações de pagamentos	-	-	232.349	210.237
Total	350.464	348.742	615.615	593.453
Passivo circulante	216.808	156.876	469.176	394.974
Passivo exigível a longo prazo	133.656	191.866	146.437	198.479

a) Dívidas Subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, são as seguintes:

Papel	Banese Múltiplo e Consolidado				Data de Emissão	Data de Vencimento
	Valor de Emissão	Valor Atual em				
		31.12.2018	31.12.2017			
Letras Financeiras Subordinadas	46.997	72.567	64.656		24.07.2015	24.07.2023
Letras Financeiras Subordinadas	15.445	15.972	16.098		30.07.2015	31.07.2023
Letras Financeiras Subordinadas	20.000	20.891	21.067		07.01.2013	07.01.2019
Letras Financeiras Subordinadas	7.000	13.864	12.518		26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	3.000	5.942	5.365		26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	10.000	19.805	17.882		26.04.2013	26.04.2019
Letras Financeiras Subordinadas	5.000	9.797	8.846		28.05.2013	28.05.2019
Total	107.442	158.838	146.432			



16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Contingências ativas

O Banese possui registrado contingências ativas transitadas em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros e estão sob análise de peritos para conclusão dos montantes envolvidos a receber, conforme Nota 9.2.

b. Contingências passivas

O Banese e suas controladas figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 31 de dezembro de 2018, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R\$ 15.218 (R\$ 15.471 – 31.12.2017) no Banese Múltiplo e R\$ 17.767 (R\$ 17.630 – 31.12.2017) no Banese Consolidado.

- » Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de ressarcimento e indenização por dano moral e patrimonial - R\$ 4.209, e correção dos saldos de poupança referente aos planos econômicos - Bresser, Verão e Collor I e II – R\$ 3.163 sendo o montante provisionado em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 7.372 (R\$ 8.154 – 31.12.2017) no Banese Múltiplo e R\$ 7.856 (R\$ 9.261 – 31.12.2017) no Banese Consolidado.
- » Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o Banese vem discutindo judicialmente, tais como autuações fiscais previdenciárias as quais pretende a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição - R\$ 14.137 (R\$ 13.607 – 31.12.2017) no Banese Múltiplo e Consolidado, e deduções consideradas indevidas pelo fisco decorrentes do alargamento da base de cálculo do Pis e Cofins – Lei nº 9.718/98 – sendo o montante provisionado em 31 de dezembro de 2018 R\$ 8.372 (R\$ 8.185 – 31.12.2017) no Banese Múltiplo e R\$15.844 no Banese Consolidado (R\$ 15.487 – 31.12.2017), totalizando R\$ 22.509 (R\$ 21.792 – 31.12.2017) no Banese Múltiplo e R\$ 29.980 no Banese Consolidado (R\$ 29.094 – 31.12.2017).

O procedimento utilizado pelo Banese para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, somente são provisionados os processos classificados como probabilidade de perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Banese Múltiplo			Total	
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	15.471	8.154	21.792	45.417	39.446
Atualização monetária	-	210	717	927	1.348
Constituição líquida de reversões e baixas	3.600	1.839	-	5.439	10.652
Pagamentos	(3.853)	(2.831)	-	(6.684)	(6.029)
Saldo final do período	15.218	7.372	22.509	45.099	45.417

	Banese Consolidado			Total	
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	17.630	9.261	29.094	55.985	48.113
Atualização monetária	-	210	986	1.196	1.917
Constituição líquida de reversões e baixas	6.490	2.044	-	8.534	12.584
Pagamentos	(6.353)	(3.659)	(100)	(10.112)	(6.629)
Saldo final do período	17.767	7.856	29.980	55.603	55.985

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. As estimativas de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, exceto os fiscais, montam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2018: trabalhista - R\$ 37.015 (R\$ 34.475 – 31.12.2017) e cíveis - R\$ 38.194 (R\$ 11.042 – 31.12.2017). Nestes grupos encontram-se causas de naturezas diversas, principalmente: indenização por danos morais, além de reclamações de natureza trabalhista, tais como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER e outros.

Os processos de natureza fiscal cuja probabilidade de perda é classificada como possível, referem-se a processos previdenciários, PIS, COFINS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal, em decorrência do estágio em que se encontram, não foi possível estimar o montante de perda.

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	31.12.2018	31.12.2017
		Reapresentado
		(Nota 3t)
Rendas Antecipadas	90	70
Rendas Antecipadas – Icatu (1)	11.542	12.150
Total	11.632	12.220

(1) Refere-se ao ajuste realizado em decorrência do convênio, celebrado pelo Banese com a Icatu Seguros e a Icatu Capitalização, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, para distribuição de produtos de previdência e capitalização.



18. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

	31.12.2018	31.12.2017
Participação de 5,0% na Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	(973)
Participação de 49,75% na Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(27.127)	-
Patrimônio Líquido da Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	54.527	19.460
Total de participação de não controladores	27.400	18.487

O Banese possui preponderância nas deliberações sociais, poder de eleger ou destituir seus administradores e controle operacional efetivo.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 7.642.545 ações ordinárias e 7.642.545 ações preferenciais. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das preferenciais.

A Assembleia Geral Extraordinária de 17.09.2018 aprovou com parecer favorável dos Conselhos Fiscal e de Administração, o aumento do capital social no montante de R\$ 116.000, com recursos de parte da Reserva Estatutária para Margem Operacional, elevando-se o Capital Social de R\$ 232.000 para R\$ 348.000, homologado pelo Bacen em 30.11.2018.

b. Reservas de Lucros

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

b.1 Legal - é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

b.2 Reservas Estatutárias – são constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- » Reserva estatutária para margem operacional - com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social.
- » Reserva estatutária para equalização de dividendos – com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

c.1 Dividendos – o estatuto social confere direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social.

c.2 Juros sobre o capital próprio – conforme facultado pela Lei nº 9.249/1995, a Administração do Banese provisionou, durante o período JCP no montante de R\$ 21.420 (R\$ 23.143 – 31.12.2017), o JCP reduziu o impacto tributário no período na ordem de R\$ 9.639 (R\$ 10.414 – 31.12.2017).

c.3 Dividendos obrigatórios – de acordo com o estatuto social do Banco, art. 44, parágrafo único, os juros sobre capital próprio pagos ou creditados aos acionistas, deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.



20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a. Receitas de Prestações de Serviços

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Rendas de serviços prestados a correntistas (1)	14.219	38.444	73.651	88.447
Administração de fundos de investimento	42	72	42	72
Convênios de arrecadação/pagamento	41.598	36.036	41.598	36.036
Cobrança	4.708	5.178	4.708	5.178
Rendas de garantias prestadas	253	126	253	126
Total	60.820	79.856	120.252	129.859

(1) Em 2018, foi verificado pelo Bacen, que havia planos de tarifas sendo classificados no cosif de renda de prestação de serviço, tais valores foram reclassificados a partir desse momento para o cosif de tarifas bancárias.

b. Receitas de Tarifas Bancárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Devoluções de cheques	1.477	1.571	1.477	1.571
Transações com cheques	1.494	1.765	1.494	1.765
Saques	2.318	1.790	2.318	1.790
Tarifas bancárias de conta corrente (1)	41.273	14.099	41.273	14.099
Convênio – pagamento de salário	1.465	1.398	1.465	1.398
Confecção de cartões	305	283	305	283
Outras tarifas bancárias	22.058	18.562	22.058	18.562
Total	70.390	39.468	70.390	39.468

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Total de receita de prestação de serviços + tarifas bancárias	131.210	119.324	190.642	169.327

(1) Em 2018, foi verificado pelo Bacen, que havia planos de tarifas sendo classificados no cosif de renda de prestação de serviço, tais valores foram reclassificados a partir desse momento para o cosif de tarifas bancárias.

c. Despesas de Pessoal

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Salários	(100.535)	(95.490)	(116.408)	(111.193)
Encargos sociais	(19.559)	(18.514)	(20.861)	(20.022)
INSS sobre salários	(27.783)	(26.669)	(32.175)	(31.011)
Remuneração dos Administradores	(2.890)	(1.897)	(4.333)	(3.254)
Benefícios	(21.669)	(20.968)	(26.707)	(25.973)
Treinamento	(1.492)	(1.428)	(1.730)	(1.512)
Estagiários	(720)	(1.224)	(948)	(1.452)
Total	(174.648)	(166.190)	(203.162)	(194.417)

d) Outras Despesas Administrativas

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Processamento de dados	(21.283)	(19.659)	(22.739)	(20.167)
Serviços do sistema financeiro	(5.227)	(4.594)	(5.227)	(4.594)
Depreciações e amortizações	(16.732)	(16.886)	(19.180)	(19.974)
Comunicação	(3.670)	(4.207)	(10.436)	(10.473)
Serviços de vigilância e segurança	(11.642)	(11.308)	(12.449)	(12.414)
Serviços técnicos especializados	(12.638)	(12.723)	(27.311)	(26.383)
Aluguéis	(4.030)	(3.796)	(4.411)	(4.493)
Manutenção e conservação de bens	(7.102)	(7.293)	(8.537)	(8.356)
Propaganda e publicidade	(1.513)	(4.073)	(5.298)	(6.606)
Material	(1.523)	(1.744)	(3.251)	(3.034)
Serviços de terceiros	(41.254)	(30.763)	(44.139)	(34.071)
Água, energia e gás	(5.660)	(4.883)	(6.130)	(5.332)
Transporte	(7.704)	(7.709)	(8.278)	(8.585)
Seguro	(3.635)	(3.697)	(3.635)	(3.697)
Promoções e relações públicas	(2.831)	(4.383)	(3.137)	(4.636)
Doações	(500)	(3.936)	(2.295)	(5.749)
Outras	(8.385)	(7.933)	(10.095)	(9.186)
Total	(155.329)	(149.587)	(196.548)	(187.750)

e. Despesas Tributárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Contribuição ao Cofins	(21.517)	(21.932)	(32.093)	(32.828)
Contribuição ao PIS - Pasep	(3.528)	(3.597)	(5.763)	(5.891)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(9.955)	(9.159)	(13.156)	(11.982)
Tributos federais	(240)	(348)	(242)	(601)
Tributos estaduais	(39)	(26)	(39)	(26)
Tributos municipais	(325)	(283)	(498)	(458)
Outras	(591)	(696)	(1.284)	(3.007)
Total	(36.195)	(36.041)	(53.075)	(54.793)

f. Outras Receitas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
		Reapresenta- do (Nota 3t)		Reapresenta- do (Nota 3t)
Recuperação de encargos e despesas	674	3.798	674	3.798
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	-	8.449	5.890
Reversão de Provisões Operacionais	5.547	7.615	8.979	8.529
Atualização monetária de tributos	1.458	1.672	1.458	1.672
Juros, multas e descontos obtidos na operação de cartão (1)	-	-	68.498	104.248
Cessão de crédito – SEAC	4.092	12.945	-	-
Descontos Financeiros com Antecipação de Repasse (2)	-	-	22.602	22.494
Outras	2.828	2.856	2.828	2.846
Total	14.599	28.886	113.488	149.477

(1) Redução decorrente da aplicação da Resolução CMN nº 4.549/2017, que dispõe sobre o financiamento do saldo devedor de fatura de cartão de crédito;

(2) Com a adoção do plano de contas de Instituições de Pagamento pela SEAC, o valor foi realocado de outras receitas não operacionais para Outras Receitas Operacionais.

g. Outras Despesas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Contribuição ao SFH	(60)	(113)	(60)	(113)
Operações de crédito - descontos concedidos	(485)	(374)	(4.240)	(11.927)
Variação Monetária INSS	(157)	(226)	(157)	(226)
Despesas Financeiras (1)	-	-	(1.122)	(962)
Despesa Convênio TJ (2)	(16.547)	(14.333)	(16.547)	(14.333)
Despesa com prêmio de fidelização	(475)	(250)	(795)	(526)
Despesas de provisões Passivas	(7.411)	(13.171)	(9.678)	(15.668)
Outras despesas operacionais (3)	(10.431)	(3.911)	(10.617)	(4.052)
Total	(35.566)	(32.378)	(43.216)	(47.807)

(1) Referem-se a despesas da empresa de cartão de crédito SEAC com tarifas bancárias, juros do Empréstimos Rotativo Cartão de Crédito (ERCC) e IOF;

(2) Referem-se às despesas decorrentes do convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe;

(3) Referem-se, principalmente, à liquidação de contratos do crédito rural securitizados e vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Resolução CMN nº 2.963/2002, no montante de R\$ 4,2 milhões e despesas com taxa de convênio de créditos consignados no montante de R\$ 1,7 milhões.

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017 – Reapresentado (Nota 3t)
Receitas não operacionais	4.830	5.079	7.577	10.916
Lucro na alienação de valores, bens e investimentos	1.694	42	1.694	42
Ganhos de capital	334	256	334	256
Reversão de provisões não operacionais	-	83	-	83
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	19	16	19	16
Atualização monetária	2.783	4.682	4.612	8.132
Outras receitas não operacionais	-	-	918	2.387
Despesas não operacionais	(2.294)	(2.211)	(5.325)	(8.323)
Prejuízo na alienação de valores, bens e investimentos	(52)	(1)	(77)	(3.393)
Perdas de capital	(1.388)	(769)	(3.968)	(3.489)
Provisões não operacionais	(848)	(1.441)	(848)	(1.441)
Outras despesas não operacionais	(6)	-	(432)	-
Total	2.536	2.868	2.252	2.593

22. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

A Resolução CMN 4.192/2013 dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal, enquanto a Resolução CMN 4.193/2013 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN 3.644/2013, 3.652/2013, 3.679/2013 e 3.696/2014 para risco de crédito; das Circulares BACEN 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 04/03/2013, e das Cartas-Circulares BACEN 3.499/2011 e 3.498/2011 para risco de mercado e das Circulares BACEN 3.640/2013, além da Carta-Circular BACEN 3.625/2013 para risco operacional.



Para a parcela de risco operacional, o BANESE utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS). Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.669/1999, o Índice de Imobilização apurado em relação ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial foi de 18,05%, estando, portanto, em conformidade com o máximo permitido pelo BACEN, que é de 50%.

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices, bem como os Ativos Ponderados de Risco, em 31/12/2018, estão demonstrados abaixo:

	31.12.2018
Patrimônio de Referência	446.916
Patrimônio de referência nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	376.084
Capital Principal – CP	376.084
Capital Social +Participação de Não Controladores	375.400
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	61.796
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	-
Não Realizadas - Avaliação Patrimonial e TVM	-
Sobras ou Lucros Acumulados	-
Contas de Resultado Credoras	-
Contas de Resultado Devedoras	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-
Depósito Para Suficiência de Capital	-
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	-
Deduções do Capital Principal Exceto Ajustes Prudenciais	3.856
Total de Deduções de Ajustes Prudenciais	61.111
Não Realizadas - Avaliação Patrimonial e TVM	3.856
Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	57.256
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	16.407
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis - A partir de outubro de 2003	-
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis - Antes de outubro de 2003	-
Ajuste Prudencial VIII - Demais Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e relacionados à CSLL	13.449
Ajuste Prudencial XIV – Participação de não Controladores em Subsidiárias não Autorizadas Pelo BCB	27.400
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	-
Ajustes Prudenciais V, VII e X - Créditos Tributários e Investimentos Superiores em Assemelhadas e Instituições	-
Financeiras	
Ajuste prudencial VII antes da Glosa de 15% - Crédito Tributário de Diferença temporária	-
Capital Complementar	
Patrimônio de referência nível II	70.832
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	70.832
Autorizados com Base em Normas Anteriores a Resolução CMN 4.192/13 - Com redutor	23.100
Redutor 0%	-
Redutor 20%	-
Redutor 40%	-
Redutor 60%	-
Redutor 80%	-
Redutor 100%	-
Autorizados com Base em Normas Anteriores a Resolução CMN 4.192/13	23.100
Autorizados em conformidade com a Resolução CMN 4.192/13 - Com redutor	70.832
Redutor 0%	-
Redutor 20%	70.832
Redutor 40%	-
Redutor 60%	-
Redutor 80%	-
Redutor 100%	-
Ativos Ponderados de Risco:	3.144.856

Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA CPAD)	2.623.223
a) Por Fator de Ponderação (FPR):	
FPR de 2%	149
FPR de 20%	17.850
FPR de 35%	103.747
FPR de 50%	219.969
FPR de 75%	1.145.548
FPR de 85%	-
FPR de 100%	1.016.536
FPR de 150%	-
FPR de 250%	75.216
FPR de 300%	-
FPR de 909,09%	-
FPR de 1.250%	-
FPR 1.081,08%	-
FPR 1.159,42%	44.208
b) Por Tipo:	
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA MPAD)	121.525
Prefixadas denominadas em real (RWAJUR1)	38.015
Cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2)	14.450
Cupom de índices de preços (RWAJUR3)	21.951
Cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	7
Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWACOM)	4
Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWAACS)	20.848
Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWACAM)	26.249
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD)	400.108
RWA	3.144.856
Fator Mínimo Requerido em 2018	8,625%
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	271.244
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	141.519
Mínimo Capital Principal + ACP / RWA	161.174
Rban	28.359
Fator F	14,21%
Sobra FATOR	5,59%
Fator Amplo	12,87%
Sobra FATOR Amplo	4,24%
Nível I / RWA	11,96%
Mínimo Nível I + ACP / RWA	7,88%
Folga de Mínimo Nível I / RWA	4,08%
Capital Principal / RWA	11,96%
Mínimo Capital Principal / RWA	6,38%
Folga Capital Principal / RWA	5,58%

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A despesa de imposto de renda registrada no Banese Múltiplo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 24.792 (R\$ 31.329 – 31.12.2017) e no Consolidado foi de R\$ 33.824 (R\$ 39.385 – 31.12.2017), e a de contribuição social no Banese Múltiplo foi de R\$ 30.443 (R\$ 26.189 – 31.12.2017) e no consolidado R\$ 41.971 (R\$ 32.761 – 31.12.2017), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado		Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresenta- do (Nota 3t)		Reapresenta- do (Nota 3t)		Reapresenta- do (Nota 3t)		Reapresenta- do (Nota 3t)	
Resultado antes da tributação e participações	127.012	157.001	156.485	186.912	127.012	157.001	156.485	186.912
Participações estatutárias	(9.237)	(13.831)	(9.237)	(13.831)	(9.237)	(13.831)	(9.237)	(13.831)
Juros sobre o capital próprio	(21.420)	(23.143)	(21.420)	(23.143)	(21.420)	(23.143)	(21.420)	(23.143)
Adições líquidas de caráter permanente	2.669	7.607	8.258	10.778	2.669	7.607	8.258	10.778
Adições líquidas de caráter temporário	9.804	(5.700)	4.762	(6.675)	9.804	(5.700)	4.762	(6.675)
Lucro tributável antes das compensações	108.828	121.934	138.848	154.041	108.828	121.934	138.848	154.041
Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	-	(9.006)	(9.632)	-	-	(9.006)	(9.632)
Lucro tributável após compensações	108.828	121.934	129.842	144.409	108.828	121.934	129.842	144.409
Valores devidos pela alíquota normal Adicional de imposto de renda (10%)	(16.324)	(18.290)	(19.476)	(21.661)	(21.765)	(24.387)	(25.968)	(28.882)
Incentivos fiscais	1.413	1.382	1.638	1.517	-	-	-	-
Tributos devidos	(25.770)	(29.077)	(30.774)	(34.536)	(21.765)	(24.387)	(25.968)	(28.882)
Crédito tributário sobre as diferenças temporárias	978	(2.252)	(799)	(2.450)	(8.678)	(1.802)	(14.202)	(1.960)
Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa CSLL	-	-	(2.251)	(2.399)	-	-	(1.801)	(1.919)
Valor registrado efetivamente no resultado	(24.792)	(31.329)	(33.824)	(39.385)	(30.443)	(26.189)	(41.971)	(32.761)
% da despesa efetiva em relação ao lucro antes do IRPJ e CSLL	19,52%	19,95%	21,61%	21,07%	23,97%	16,68%	26,82%	17,53%

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

A Lei nº 9.430/1996, em seu artigo 9º, determina as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para devedores duvidosos na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social. As provisões para créditos são registradas de acordo com as disposições da Resolução do CMN nº 2.682/1999. Dessa forma, a parcela de provisão constituída pelas regras societárias ou regulatórias que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada ao cálculo dos tributos citados. O provisionamento indedutível será abatido dos resultados tributários de períodos seguintes, quando passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão.

Diante da temporariedade da adição das provisões para devedores duvidosos e conforme disposição da Circular BACEN nº 3.171/2002, Deliberação CVM nº 273/1998, o Banco registra crédito tributário correspondente ao imposto de renda e contribuição social sobre provisões para operações de crédito e passivos contingentes e outras provisões.

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), convertida na Lei 13.169 de 06 de outubro 2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, entre de 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando para 15% a partir de 01 de janeiro de 2019.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda Diferenças Temporárias	Contribuição Social Diferenças Temporárias	Imposto de Renda Diferenças Temporárias	Contribuição Social Diferenças Temporárias
Saldo em 31.12.2017	51.516	41.214	76.057	60.846
(+) Constituição de Créditos Adições Temporárias	7.034	5.306	14.356	11.477
(-) Realização de Créditos Adições Temporárias	(9.637)	(17.172)	(19.540)	(29.349)
(-) Realização de Créditos de Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL	-	-	(2.251)	(1.801)
Saldo em 31.12.2018	48.913	29.348	68.622	41.173

O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, registrado em "Outros créditos-diversos", apresenta a seguinte composição:

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1. Adições Temporárias - base de cálculo	195.655	206.071	146.739	206.069	240.864	256.460	180.650	256.460
- Créditos Tributários adições temporárias	48.913	51.516	29.348	41.214	60.216	64.114	36.130	51.292
- Prejuízo Fiscal/Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	33.624	47.772	25.216	47.771
- Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal/ Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	8.406	11.943	5.043	9.554
Total de Créditos Tributários Ativados	48.913	51.516	29.348	41.214	68.622	76.057	41.173	60.846
Créditos Tributários Não Ativados	3.746	3.634	2.996	2.907	3.746	3.634	2.996	2.907

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.249/1995.

Os créditos não ativados são provenientes das provisões para cobertura de perdas no recebimento do FCVS, considerando a falta de definição de prazo tanto para a homologação pela Caixa Econômica Federal, como para emissão dos títulos pelo Tesouro Nacional.

O quadro abaixo demonstra os valores previstos de realização na data de 31 de dezembro de 2018, comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base na taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

Banese Múltiplo

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2019	6.235	5.860	3.741	3.516	9.976	9.376
2020	6.159	5.435	3.697	3.262	9.856	8.697
2021	6.160	5.068	3.696	3.041	9.856	8.109
2022	7.766	5.920	4.660	3.552	12.426	9.472
2023	22.593	15.888	13.554	9.532	36.147	25.420
Total – 31.12.2018	48.913	38.171	29.348	22.903	78.261	61.074
Total – 31.12.2017	51.516	40.298	41.214	33.278	92.730	73.576

Banese Consolidado

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2019	10.581	9.944	6.348	5.966	16.929	15.910
2020	10.622	9.373	6.375	5.625	16.997	14.998
2021	9.148	7.526	5.489	4.516	14.637	12.042
2022	8.896	6.782	5.338	4.069	14.234	10.851
2023	23.723	16.683	14.232	10.009	37.955	26.692
Acima de 5 anos	5.652	3.656	3.391	2.194	9.043	5.850
Total – 31.12.2018	68.622	53.964	41.173	32.379	109.795	86.343
Total – 31.12.2017	76.057	59.349	60.846	47.859	136.903	107.208

O total do valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2018, para Banese Múltiplo, é de R\$ 61.074 (R\$ 73.576 – 31.12.2017), e para Banese Consolidado R\$ 86.343 (R\$ 107.208 – 31.12.2017), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

A capacidade de realização do crédito tributário da SEAC, no montante de R\$ 31.534, está baseada em projeções de resultados positivos futuros, decorrentes da: i) reestruturação organizacional da SEAC; (ii) redução de custos operacionais e aumento das receitas através de parceria com empresa de recuperação de crédito e empresas de tecnologia na área automação de cartões de créditos.



24. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA

A Gestão de Riscos do Banese é supervisionada pela Superintendência de Controles e Gestão de Riscos, com unidades específicas para gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e de capital, devidamente segregadas das áreas relacionadas aos negócios. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do Banese, www.banese.com.br.

Gestão de Capital

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco dispõe de processo contínuo de monitoramento e controle do capital, bem como de planejamento de metas e avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a organização está sujeita, considerando suas metas e objetivos estratégicos. Nesse sentido, conta com estrutura interna responsável por acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar no capital da Instituição.

Risco de Crédito

Entende-se por Risco de Crédito a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, assim como o da depreciação da classificação de risco do tomador do contrato de crédito, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação, dos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento das obrigações pela contraparte, pautados nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Mercado

Compreende a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Liquidez

Abrange a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar, a preço de mercado, uma posição, por causa de seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado, pautado nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional do Banese está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais próprios e do Conglomerado, conforme determina a Resolução CMN 4.557/2017. Essa estrutura, aprovada pelo Conselho de Administração, tem como missão cumprir as estratégias e política de risco operacional, refletir sobre o papel e as responsabilidades das unidades, disseminar a cultura da gestão de risco operacional, bem como promover a capacitação do corpo funcional e a comunicação interna e externa.

Risco Socioambiental

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. É pautado nos princípios da Relevância, Proporcionalidade, Eficiência, Transparência, Ética, Conformidade e Combate à Corrupção, sendo ratificado por meio da Resoluções CMN nºs 4.327/2014 e 4.557/2017.



GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos tem cunho estratégico em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios do Banco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

O Banese, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente, de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Risco Operacional

Com base nos preceitos estabelecidos pela Resolução CMN 4.557/2017 e nos princípios do Acordo de Basileia III, a Política de Risco Operacional representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela administração do Banco, que delinea o modelo adotado para proporcionar, além do cumprimento da legislação vigente, a adoção de práticas de identificação de riscos e controles mitigadores, capazes de manter todos os processos, produtos e serviços oferecidos pelo Banese seguros e competitivos, minimizando perdas relativas aos riscos operacionais aprovadas por alçadas competentes. Com relação à alocação de capital oriunda da apuração da parcela dos Ativos Ponderados para Risco Operacional, o Banese adota o modelo da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – APAS.

Risco de Crédito

Visando mitigar as posições expostas a esse tipo de risco na carteira de crédito, o Banese estabeleceu metodologias de avaliação de risco de crédito que ponderam aspectos do risco do cliente e do risco da operação, objetivando a mensuração adequada do risco final da operação. Também visam traçar perfis de comportamento dos clientes, notadamente através de informações pessoais, financeiras e históricas, a fim de separá-los em “bons” e “maus”, minimizando o risco de perda para a Instituição. Após os devidos processamentos, as pontuações obtidas através dos modelos de risco de crédito da Instituição são convertidas em nota de risco, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999. De acordo com os procedimentos do Banco, os referidos modelos estão em constante monitoramento, objetivando as adequações pertinentes, sempre que necessárias.

Em referência às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios positivados na citada Resolução e utiliza-se da faculdade disposta no parágrafo 1º do art. 4º, a qual permite a contagem em dobro dos prazos elencados no inciso I do mesmo artigo, nas operações cujo o prazo a decorrer seja superior à 36 (trinta e seis) meses. Além das medidas prudenciais retro mencionadas, que minimizam o risco de default das operações de crédito, as exposições financeiras do Banese, que são incorridas ao risco de crédito, são minimizadas devido ao fato de serem realizadas por servidores públicos, com créditos vinculados ou consignados à folha de pagamento e de financiamento ao cartão de crédito, correspondendo a cerca de 79% da carteira de crédito pessoa física, representando assim um portfólio de baixo risco.

Destaca-se ainda que cerca de 87,78% do portfólio de Títulos e Valores Mobiliários é aplicado em títulos públicos federais. As posições em caixa ou equivalente de caixa não possuem exposição ao risco de crédito, haja vista se tratar de recursos em espécie ou de aplicação em títulos públicos federais. O volume de contas a receber está representado pelas operações de crédito apresentadas na tabela abaixo:

Banese Consolidado

	31.12.2018	31.12.2017
- Operações de crédito	2.066.261	2.002.666
- TVM	1.147.609	1.189.850
- Depósitos Interfinanceiros	414.060	278.762

Risco de Liquidez

O Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta capilaridade da sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos. O controle do risco de liquidez do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Este controle é realizado por área responsável distinta à gestão direta da tesouraria do Banco, a qual envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado da nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros:

Título	S/ Vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
LFTs e LFT-A	-	89.912	-	758.119	94.751	942.782
Operações Compromissadas TPF	-	584.993	-	-	-	584.993
CVSA/CVSC	-	-	-	-	24.422	24.422
Fundos de Investimentos	54.693	-	-	-	-	54.693
Fundos de Renda Fixa	47.199	-	-	-	-	47.199
CDB	-	31.746	7.105	-	-	38.851
Depósitos Interfinanceiros	-	124.899	196.583	-	-	321.482
DIs Vinculados ao Crédito Rural	-	30.495	62.083	-	-	92.578
LCI	-	29.568	-	-	-	29.568
Operações de crédito	-	282.885	400.250	1.383.126	-	2.066.261
Total de Ativos	101.892	1.174.498	666.021	2.141.245	119.173	4.202.829
Depósito à vista	712.955	-	-	-	-	712.955
Depósito à prazo	-	58.367	76.433	821.874	-	956.674
Depósito de poupança	1.384.752	-	-	-	-	1.384.752
Depósito Judicial	983.589	-	-	-	-	983.589
Depósito Interfinanceiro	-	59.102	103.384	-	-	162.486
Depósitos especiais com remuneração	-	218	-	-	-	218
Letra Financeira Subordinada	-	20.891	49.408	-	88.539	158.838
Letra Financeira	-	18.207	21.939	10.337	-	50.483
Letra de Crédito Imobiliário	-	1.422	11.424	35.493	-	48.339
LFT – Operações compromissadas	-	18.206	21.939	10.337	-	50.482
Obrigações por Repasse FNE	-	1.320	8.390	40.234	-	49.944
Obrigações por Repasse FINAME	-	480	2.027	2.305	-	4.812
Obrigações por Repasse BNDES	-	899	4.370	342	-	5.611
Obrigações por Repasse FUNGETUR	-	4.762	-	-	-	4.762
Total de Passivos	3.081.296	179.112	299.314	920.922	88.539	4.569.183

Risco de Mercado

O Conglomerado Prudencial utiliza um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativos internos. Os limites internos são acompanhados diariamente e preveem travas de exposição global aos riscos, em moedas estrangeiras, fundos de investimento multimercados, de ações e de renda fixa. Como forma de acompanhar a exposição do Conglomerado às variações de ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado, periodicamente são realizadas análises de sensibilidade, como forma de estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como supondo quebras de premissas. O controle do risco de mercado do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Em atendimento à Instrução Normativa CVM 475/2008, o Conglomerado realizou análise de sensibilidade por fator de risco de mercado considerado relevante, aos quais a instituição estava exposta. Nessa análise, o fator Pré, CDI e Cupom de TR representam 96,07% do total de exposições ativas e 82,21% passivas, sendo, portanto, as posições predominantes em função da expressividade das operações de crédito pré-fixadas, bem como da captação em poupança e da aplicação em crédito imobiliário no total das exposições da empresa.



A Carteira *Trading* consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, detidas com intenção de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

A Carteira *Banking* se refere às operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização. O quadro, a seguir, demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) e não reflete o modo como os riscos de mercado dessas exposições são administrados no dia a dia da Organização.

Banese Consolidado – 31.12.2018

Operação	Exposição	Risco de Variação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Operações de crédito e demais exposições sujeitas a variações das taxas de juros pré-fixadas em real	2.757.565	Taxas de juros (pré-fixadas)	(20.745)	(26.062)	(30.943)
Operações de crédito imobiliário, captações em poupança e demais exposições sujeitas a variações nas taxas	(1.978.159)	Taxas de cupom de TR	(10.347)	(12.941)	(15.303)
Exposições sujeitas às variações do Cupom de IPCA	(128.154)	Taxas de cupom de inflação (IPCA)	10.166	12.477	14.704

Fonte: Sistema Plataforma de Riscos (SPR), Dezembro 2018.

Para efeito dos cálculos apresentados acima, considerou-se no Cenário I a situação mais provável, com a projeção de um cenário de leve aumento das taxas de juros, com base em dados do mercado, quais sejam, as curvas de contratos de DI1 com negociação no dia na B3 e nas taxas médias de *swap* DI X PRE para o prazo de um ano (vértice 252 du). Em relação à TR (taxa Referencial), utilizou-se as cotações médias de *swap* ou as curvas de cupom para esta taxa informada pela B3 para o prazo de um ano (vértice 252 du). Já para o IPCA, utilizou-se a taxa média para o prazo de um ano (vértice 252 du) com tendência de aumento. Para a construção dos Cenários II e III aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novas posições estressadas. Os cenários da tabela acima representam o resultado financeiro estimado, considerando a marcação a mercado das exposições feitas em função da análise de sensibilidade apresentada.

Risco Socioambiental

O Banese adota procedimentos de avaliação e gerenciamento dos riscos socioambientais em seus processos, produtos, negócios e serviços para assegurar:

- » A classificação, identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental nas atividades e operações do Banese;
- » Os registros de perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo prazo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico relacionado ao caso;
- » A análise e avaliação dos clientes que possam estar em desacordo com a legislação socioambiental vigente;
- » A análise prévia dos potenciais impactos e oportunidades socioambientais causados pela criação de novas linhas de crédito;
- » Que as operações de crédito sejam realizadas de forma consciente objetivando o não endividamento excessivo e a uma possível inadimplência, para que haja qualidade na carteira através do crédito consciente;
- » Recebimento de garantias reais em favor de operações, que não estão localizadas em áreas de preservação ambiental;
- » Oportunidades profissionais aos colaboradores, inclusive quanto à qualificação técnica, garantia da liberdade de expressão, combate a práticas discriminatórias e ações de combate ao assédio moral;
- » O combate ao trabalho infantil, escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes;
- » A qualificação dos colaboradores acerca da Responsabilidade Socioambiental tanto no ambiente externo quanto interno;
- » A análise dos fornecedores quanto à conduta ética, social e ambiental, repudiando práticas em desconformidade com as imposições legais;
- » A inclusão em seus contratos de cláusulas que preveem o cumprimento de práticas socioambientais em conformidade com a legislação vigente;



- » Manter o compromisso com o desenvolvimento do Estado através de ações que promovam o desenvolvimento socioambiental da região;
- » A análise e desenvolvimento de serviços e produtos que estimulem as práticas socioambientais;
- » O apoio a projetos desenvolvidos por entidades que promovam o desenvolvimento social e cultural do Estado;
- » A promoção de ações educativas para incentivar práticas de consumo sustentável no ambiente de trabalho, incentivando o consumo consciente de energia e recursos naturais;
- » O desenvolvimento de projetos que favoreçam a destinação adequada de recursos sólidos, objetivando a redução de impactos ao meio ambiente;
- » A implementação de equipamentos mais eficientes que promovam a redução de energia;
- » A aplicação de conceitos de ecoeficiência nas obras e serviços de engenharia realizadas pelo Banco, atendendo a critérios socioambientais;
- » O apoio a mecanismos de mercado, políticas públicas e iniciativas que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem desafios sociais e ambientais;
- » O incentivo a projetos e investimentos a clientes que promovam o desenvolvimento socioambiental;
- » O incentivo a educação financeira e consumo do crédito consciente perante a sociedade;
- » O estímulo dos clientes ao envolvimento com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

25. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco aos seus empregados e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Empregados (1) R\$	Administradores (2) R\$
Máxima	15.977,92	33.730,72
Média	6.449,68	31.416,17
Mínima	2.302,52	30.664,01

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

(2) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a empregados.

Em 31 de dezembro de 2018, o número de empregados do Banco do Estado de Sergipe totalizava 998, (1.021 – 31.12.2017), registrando-se, no período, um decréscimo de 2,25% no quadro de pessoal do Banco.

O Banco custeia plano de previdência complementar de benefício definido (BD) e contribuição definida (CD) e patrocina o plano de assistência à saúde para seus empregados. O valor acumulado até 31 de dezembro de 2018 e 2017 das contribuições está demonstrada a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Plano de Previdência Complementar	7.998	8.282
Plano de Assistência à Saúde	3.362	2.461

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695/2012, e Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sobre a contabilização de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banese, no reconhecimento de suas obrigações:



Para fins de atendimento da supracitada Deliberação, os valores calculados por atuário externo, na data-base de 31 de dezembro de 2018 conforme relatório técnico de 22 de janeiro de 2019, apresentou *déficit* atuarial, sendo o montante da patrocinadora de R\$ 6.426 (seis milhões, quatrocentos e vinte e seis mil). Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e/ou nas mudanças de premissas atuariais bem como as variações no limite para reconhecimento de ativo (baixado no exercício corrente) são registradas, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o patrimônio líquido. O efeito da aplicação dessa norma no Banese impactou negativamente o patrimônio líquido no valor de R\$ 3.856 (três milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil), líquido dos créditos tributários no montante de R\$ 2.570 (dois milhões, quinhentos e setenta mil).

Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido

O Banese mantém um plano previdenciário para os seus empregados e ex-empregados (aposentados e participantes vinculados a falecidos), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Características do plano de previdência dos empregados do Banco do Estado de Sergipe

O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, por tempo de contribuição e especial, suplementação de benefício diferido por desligamento, pecúlio por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, suplementação de pensão e abono anual.

Relações de contribuições (Participantes/patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes ativos do Plano e o Banco do Estado de Sergipe atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20/1998, registrando, ao final do período, a relação contributiva de 1:1 (em 31.12.2017 - 1:1).

Premissas atuariais

Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral de válidos: BREMSsb-2015 (por sexo) suavizada em 10% (dez por cento); tábua de mortalidade de inválidos: AT-83 IAM (por sexo); tábua de entrada em invalidez – TASA 1927; tábua de rotatividade - nula.

Premissas Econômicas:

Taxa de desconto de longo prazo da obrigação atuarial: 4,98% a.a.; taxa de inflação futura 4,00% a.a.; índice de aumento salarial real estimado 2,15% a.a.; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da entidade: 98%; taxa de custeio administrativo: 15% incidentes sobre o custo anual do plano; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE.

Os resultados da avaliação atuarial CVM 695 são demonstrados a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2018	31.12.2017
Valor presente das obrigações com cobertura	837.349	759.345
Valor presente das obrigações a descoberto	16.549	52.334
Valor justo dos ativos do plano	(837.349)	(759.345)
(Superávit)/Déficit	16.549	52.334
Efeito do limite de reconhecimento do Ativo Atuarial	-	-
(Ativo)/Passivo Atuarial	16.549	52.334
(Ativo)/Passivo Atuarial líquido de responsabilidade da patrocinadora (1)	6.426	20.755

(1) Valor proporcional ao custeio do plano (38,43%).

As movimentações do saldo do Passivo/Ativo atuarial são as seguintes:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2018	31.12.2017
Passivo/(ativo) atuarial líquido do exercício anterior (1)	52.334	26.695
Despesa do exercício (2)	13.284	11.557
Contribuições pagas	(6.951)	(6.304)
(Ganho)/Perda atuarial reconhecida imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	(42.117)	20.385
Variação do efeito do limite de reconhecimento do Ativo Atuarial	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido integral	16.549	52.334
(Ativo)/Passivo Atuarial líquido de responsabilidade da patrocinadora	6.426	20.755

(1) Após a aplicação do limitador de ativo.

(2) Rateio de despesas previstas pelo atuário para o exercício de 2018.

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2018	31.12.2017
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior	811.679	704.165
Custo dos juros	76.217	77.529
Custo do serviço corrente	15.450	15.212
Benefícios pagos pelo fundo	(26.963)	(29.789)
(Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(22.484)	44.562
(Ganhos)/perdas decorrente de alteração de premissa econômica e biométrica	(6.550)	83.781
(Ganhos)/perdas do exercício decorrente de experiência	(15.934)	(39.219)
Valor presente da obrigação	853.899	811.679

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2018	31.12.2017
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro do exercício anterior	759.345	677.470
Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano	71.302	74.590
Contribuições recebidas pelo fundo	14.031	12.898
Benefícios pagos pelo fundo	(26.963)	(29.790)
Ganhos/(perdas) atuariais sobre o valor justo dos ativos	19.633	24.177
Valor justo dos ativos do plano	837.349	759.345

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2018	31.12.2017
Custo do serviço corrente	15.450	15.212
Contribuições de participantes ativos	(7.080)	(6.594)
Juros sobre a obrigação atuarial	76.217	77.529
Rendimento esperado dos ativos do plano	(71.302)	(74.590)
Juros sobre o efeito do teto de ativo (<i>asset Ceiling</i>)	-	-
Despesa líquida do exercício	13.285	11.557

O Reconhecimento de Outros Resultados Abrangentes do exercício é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2018	31.12.2017
Outros Resultados Abrangentes – saldo inicial	35.927	15.542
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos no exercício	(42.117)	20.385
Variação no teto de reconhecimento do ativo	-	-
Juros sobre o efeito do teto de ativo (<i>asset Ceiling</i>)	-	-
Efeito em outros resultados abrangentes	(6.190)	35.927

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2018	31.12.2017
Títulos de renda fixa	87 %	87 %
Investimentos estruturados	3 %	3 %
Títulos de renda variável	5 %	5 %
Imóveis	4 %	4 %
Empréstimos	1 %	1 %

O montante das contribuições do Banese no período totalizou R\$ 7.998 (R\$ 8.282 – 31.12.2017), e foi imputado às despesas operacionais.

O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo		
	Taxa de Juros	Taxa de Juros	Taxa de Juros
	de 4,98%a.a	de 5,98%a.a	de 3,98%a.a
Valor presente da obrigação em 31.12.2018	853.899	755.126	976.598

O resultado abrangente, registrado no Banese, é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2018	31.12.2017
Lucro Líquido do Período	62.540	85.652
Passivo Atuarial	(6.426)	20.755
Crédito Tributário sobre Passivo Atuarial	2.570	(9.340)
Total do Resultado Abrangente	58.684	97.067

a) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência a Saúde e o Plano Odontológico, obedecendo a relação contributiva de 1 por 1,3, os quais são destinados aos empregados ativos e dependentes, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)
a) Transações do Banese Múltiplo com controlador e com as controladas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/2009, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do Banese Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

Banese Múltiplo e Consolidado

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
	Reapresentado		Reapresentado	
	(Nota 3t)		(Nota 3t)	
Empresa consolidada				
Depósitos à vista				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(13.219)	(18.254)	-	-
Depósitos à prazo (1)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(50.567)	(43.895)	(3.374)	(6.316)
Outros créditos				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(37.656)	(65.363)	-	(14.116)
Outras obrigações (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(4.385)	(4.084)	-	(4.084)
Investimentos				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(27.127)	(973)	(4.154)	(804)
Outras despesas operacionais (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-	(13.713)	-
Outras receitas operacionais (3)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-	(4.092)	(12.955)
Empresa Ligada				
Outros créditos (4)				
Banese Corretora de Seguros Ltda	(1.941)	-	(1.666)	-
Controladores e pessoal chave da administração				
Depósitos à vista				
Controladores	(104.534)	(59.006)	-	-
Pessoal chave da administração	(237)	(293)	-	-
Depósitos a prazo				
Controladores	(104.678)	(107.744)	-	-
Pessoal chave da administração	(871)	(856)	(61)	(64)

(1) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das respectivas operações;

(2) Refere-se a receita de tarifa a qual é cobrada de acordo com o contrato mantido entre as partes.

(3) Refere-se a receita de desconto concedido na operação da cessão da carteira de cartão de crédito.

(4) Refere-se a venda de imobilizado.

Os valores envolvendo o Banese e sua empresa controlada foram eliminados nas demonstrações consolidadas.



b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

O Banco dispõe de um plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Este plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de risco; (ii) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado; (iii) compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; (iv) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

- I. 49% (quarenta e nove por cento) serão pagos em espécie, a partir do semestre seguinte ao da apuração; e
- II. 51% (cinquenta e um por cento) apurado anualmente com base no 1º e 2º semestres, sendo esse valor diferido para pagamento em 03 (três) anos, escalonado em parcelas proporcionais, após deliberação de resultados pela Assembleia Geral Ordinária – AGO do exercício subsequente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva do Banese Múltiplo estão representadas a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Benefícios de Curto Prazo		
Proventos	2.447	1.902
Gratificações	507	150
Encargos Sociais	1.064	830
Total	4.018	2.882

O Banese possui benefício de remuneração baseada na cotação de ações para seu pessoal-chave da Administração, em 31/12/2018, no montante de R\$ 194, entretanto não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

c) Outras Informações sobre partes relacionadas

Conforme legislação em vigor, é vedado às instituições financeiras realizar operações de crédito com parte relacionada.

Considera-se parte relacionada:

- » Seus controladores, pessoas físicas ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, assim como seus companheiros, parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- » Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais, assim como seus companheiros, parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- » As pessoas físicas com participação societária qualificada em seu capital;
- » As pessoas jurídicas:
 - a) Com participação qualificada em seu capital;
 - b) Em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;
 - c) Nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária;
 - d) Que possuírem diretor ou membro de conselho de administração em comum.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banese empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros dos Conselhos Fiscal e de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.



28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Garantias concedidas

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 3.500 (R\$ 3.500 – 31.12.2017).

b) Créditos cedidos

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação (crédito rural), em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 96 (R\$ 116 – 31.12.2017).

c) Fundos de investimento

O Banese, atualmente, é distribuidor do Fundo de Investimento Brasil Plural Banese Expert Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI, via sua rede de agências cujo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 10.598 (R\$ 18.710 – 31.12.2017).

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração do Banese autorizaram a conclusão das presentes informações financeiras individuais e consolidadas em 22 de fevereiro de 2019, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



Ao Conselho de administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Estado de Sergipe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. (“Banco”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado de Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Realização do crédito tributário na controlada

Conforme descrito na nota explicativa nº 23, a controlada Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. possui créditos tributários diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social no montante total de R\$ 31.534 mil, em 31 de dezembro de 2018, cuja realização está baseada em estudo de projeção de lucros tributáveis futuros aprovado pela administração. A realização desses créditos tributários diferidos ativos no período estimado depende da materialização das projeções e do plano de negócios aprovado pela administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota 3(t) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que, em decorrência da mudança do plano de contas, por parte da empresa controlada Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. e erros identificados na segregação entre circulante e realizável a longo prazo das operações de crédito e outros créditos e na contabilização da receita com convênio, em caráter de exclusividade, para distribuição de produtos de previdência e capitalização do Banco do Estado de Sergipe, os valores correspondentes do balanço patrimonial individual e consolidado e da demonstração das mutações do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2017 e das demonstrações individuais e consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco.

1. Planos de benefício pós emprego

O Banco e sua controlada possuem passivos relevantes relacionados a plano de benefício pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa 26, compreendem benefícios de aposentadoria. Consideramos esse assunto como relevante em nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: tábua de mortalidade geral; crescimento salarial; taxa de desconto e inflação.

Conforme descrito na nota explicativa 26, em 31 de dezembro de 2018, o saldo atuarial referente ao plano de benefício pós-emprego do Banco apresentou um déficit no montante de R\$ 6.426 mil.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Analisamos, com o suporte de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuarias decorrentes dos planos de benefício pós emprego, atentando para a acurácia matemática do cálculo e analisando a coerência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, entre outros, os testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós emprego. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativas 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação do passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para apuração e reconhecimento do passivo atuarial, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2018 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 2.350.297 mil (individual) e de R\$ 2.517.854 mil (consolidado), para os quais foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 80.857 mil (individual) e R\$ 112.870 mil (consolidado), respectivamente, sendo que durante o exercício de 2018 foi reconhecido, pelo Banco e sua controlada, despesa com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 54.031 mil (individual) e R\$ 82.322 mil (consolidado).



Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) julgamento da administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria, abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; e (viii) a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Também realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito, testes relativos a análise da documentação que substancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos “ratings” atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativas 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para apuração e registro contábil das operações de créditos e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco e sua controlada são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações, a estratégia de auditoria é baseada na eficácia do mesmo. O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de seus sistemas.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Avaliamos, com o suporte de nossos especialistas em tecnologia, os controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria, dando ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acessos. Também realizamos procedimentos quanto à efetividade dos controles automáticos relevantes que suportam os processos considerados significativos para as demonstrações financeiras.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a Administração e o Conselho Fiscal do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- » Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- » Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada
- » Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- » Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- » Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo (SP), 22 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6



Banese

Relatório de Resultados 4T18 e 2018
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe S.A. e, no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras que compreendem: balanço patrimonial, demonstração de resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxo de caixa, valor adicionado e notas explicativas, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Aprovamos a proposta de constituição de Reservas Estatutárias para Margem Operacional e para Equalização de Dividendos referentes ao saldo remanescente do Lucro Líquido de 2018, nos valores de R\$ 21.458 mil e R\$ 8.526 mil, respectivamente. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício e nos relatórios dos auditores independentes e do comitê de auditoria, sem modificações, concluímos que as citadas demonstrações financeiras mencionadas estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes.

Aracaju (SE), 22 de fevereiro de 2019.

Ana Cristina de Carvalho Prado Dias
Conselheira

José Morais Monteiro
Conselheiro

Ricardo de Oliveira Nunes
Conselheiro

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo
Conselheiro



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO



O Comitê de Auditoria (COAUD) é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por três membros independentes, eleitos em 17.09.2018 (empossados em 20.11.2018), para um mandato unificado de três anos. O COAUD tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do Banese e por seu Regimento Interno.

O Comitê tem como atribuições principais supervisionar, monitorar e avaliar as atividades de auditoria interna e externa, a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e informações divulgadas pelo Banco. Além dessas, deve, ainda, avaliar e monitorar exposições de risco do Conglomerado e acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações.

Atividades Desenvolvidas

Após sua instalação (20.11.2018), o Comitê promoveu reuniões com representantes de áreas estratégicas, tais como auditoria independente, auditoria interna, controles internos, gestão de riscos e contabilidade, ouvindo gestores, analisando relatórios e outras informações, inclusive de empresa ligada ao conglomerado.

Nessas oportunidades, foram contemplados assuntos sobre planejamento estratégico, orçamento, gestão de riscos, controles internos, atendimento a demandas de órgãos reguladores e supervisores e provisões para perdas de crédito.

O Comitê acompanhou os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, que se mostraram efetivas, não identificando ocorrências que comprometessem a objetividade e a independência de ambas.

Nesse contexto, o COAUD analisou, avaliou e discutiu com o Auditor Independente (Ernst & Young) a minuta do seu Relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco, a qual se apresentava sem ressalvas.

Conclusão

O sistema de controle interno adotado busca atuar de forma eficiente e eficaz, visando a sua efetividade por meio da minimização dos riscos inerentes à Instituição.

A Auditoria Externa e a Auditoria Interna, no âmbito das suas responsabilidades, vêm desempenhando seu trabalho em padrões compatíveis com o porte, características e complexidade do Conglomerado Banese.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31.12.2018 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, entendendo o Comitê de Auditoria Estatutário que as referidas demonstrações são adequadas e estão livres de distorções relevantes, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Aracaju (SE), 21 de fevereiro de 2019.

Luciano Silva Reis
Coordenador

Emílio Roberto Monteiro Vieira
Membro Qualificado

Horino Joaquim do Carmo
Membro



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DECLARAÇÃO

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso VI, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Fernando Soares da Mota
Presidente

Helom Oliveira da Silva
Diretor de Gestão Estratégica e Controles

Olga Maria dos Santos Carvalhaes
Diretora de Crédito e Serviços

Renato Augusto Cruz Dantas
Diretor de Finanças e de Tecnologia

José Marcelino Andrade
Diretor Administrativo



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



DECLARAÇÃO

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso V, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes emitidos pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Fernando Soares da Mota
Presidente

Helom Oliveira da Silva
Diretor de Gestão Estratégica e Controles

Olga Maria dos Santos Carvalhaes
Diretora de Crédito e Serviços

Renato Augusto Cruz Dantas
Diretor de Finanças e de Tecnologia

José Marcelino Andrade
Diretor Administrativo



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Belivaldo Chagas Silva

Governador

Ademario Alves de Jesus

Secretário de Estado da Fazenda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Augusto Chaves Resende

Presidente

José de Oliveira Júnior

Vice-Presidente

Fernando Soares da Mota

Conselheiro

Guilherme Maia Rebouças

Conselheiro

Marcos Venícius Nascimento

Conselheiro

Antonio José de Gois

Conselheiro representante dos empregados

DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando Soares da Mota

Presidente

Helom Oliveira da Silva

Diretor de Gestão Estratégica e Controles

Renato Augusto Cruz Dantas

Diretor de Finanças e Tecnologia

Olga Maria dos Santos Carvalhaes

Diretora de Crédito e Serviços

José Marcelino Andrade

Diretor Administrativo

José Anderson Santos de Jesus

Contador - CRC-SE - 4458/0



Banese

RELATÓRIO DE DESEMPENHO 2018

#Digital

Recorde de transações
nos canais digitais.

#Clientes

Crescimento em 10%
do número de clientes.

#banese 20

#BemVindoAoNovo